



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 17-11-2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 24ª Audiência Pública semipresencial do ano de 2022.

Esta audiência tem como tema o PL 579/2022, do Executivo – Prefeito Ricardo Nunes, que encaminha projeto de lei orçamentária que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2023.

Esta é a 6ª audiência temática, com a presença da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS – e Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios/online também pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 20/10/2022 e foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* nos dias 21/10/2022 e 05/11/2022, e na *Folha de S. Paulo* nos dias 22/10/2022 e 07/11/2022.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 24/10/2022, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual.

Todas as informações referentes ao Orçamento 2023 encontram-se no seguinte endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2023. As demandas do Orçamento 2023 podem ser entregues junto à secretaria da comissão ou participe com a sua proposta por escrito através dos formulários disponíveis em: www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2023/audiencias-publicas ou pelo e-mail: financas@saopaulo.sp.leg.br.

Foram convidados para esta audiência: Carlos Bezerra Júnior, Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, acompanhado das Sras. Mariana Brito, AGGPP e Ana Luiza Wosgrau Padilha, Assessoria Técnica do Gabinete, e dos Srs. Márcio Adriano de Paula, AGGPP e Luiz Carlos da Rocha Pombo Júnior, Assessoria de Comunicação

Social. Matheus Martinez Crepaldi, assessor técnico de gabinete, SMADS; a Sra. Soninha Francine, Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, nossa querida Soninha, sempre Secretária, a quem convido para compor a Mesa. Também os Vereadores da Câmara Municipal e a sociedade em geral.

Já informo as próximas audiências do orçamento: dia 22/11, terça-feira, das 10h às 15h, a 7ª temática, Educação e Esportes; dia 23/11, quarta-feira, das 10h às 12h, a 8ª temática, Secretaria das Subprefeituras Infraestrutura e Obras; dia 24/11, quinta-feira, das 10h às 13h, a 9ª temática, Cultura. Dia 29/11, terça-feira, das 10h às 12h, Secretaria Municipal da Fazenda e Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Foi hoje alertado pelo Fabio, que faltou, Relações Internacionais, e nós veremos onde podemos encaixá-lo. Verifica se podemos fazer duas ao mesmo dia, não pode?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Até porque Secretária de Relações Internacionais é uma secretária mais de articulação do que de ofertas orçamentárias.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Podemos fazer às 10h desse dia, sobre o tema. Nós vamos verificar a melhor forma.

As inscrições estão abertas. Anuncio a presença do nobre Vereador Dr. Sidney Cruz, Relator do Orçamento, que já tinha sido designado e ontem referendado pela Comissão de Finanças e Orçamento.

Quero agradecer os nossos tradutores de libras. Foi nos informado agora que a Secretária de Assistência Social falará de forma *on-line*.

Tem a palavra o Sr. Matheus.

O SR. MATHEUS MARTINEZ CREPALDI – O Secretário está numa agenda externa hoje, em algumas visitas e serviços e não conseguiu fazer o alinhamento para poder comparecer, por isso mandou os responsáveis pelo planejamento orçamentário para representá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, eu faço uma crítica: agenda externa no dia em que vamos apresentar o Orçamento da cidade de São Paulo não é salutar, eu quero fazer

esse registro. Nem de maneira híbrida. Quero registrar que isso é um desrespeito a esta presidência e a esta Comissão.

Tem a palavra o Sr. Matheus.

O SR. MATHEUS MARTINEZ CREPALDI – Cumprimento o Sr. Presidente, toda a Mesa, cumprimentar a nobre Secretária Soninha pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania; cumprimentar todos os munícipes e cidadãos presentes nesta data tão importante, uma audiência pública participativa para se debater o Orçamento de 2023. Estamos entrando nessa fase final já do rito do orçamento público, do calendário anual, que é de contribuições da Câmara Municipais com discussões pela sociedade.

Atualmente, estou como assessor técnico de gabinete pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, onde trabalho desde outubro de 2020. Dentro das pautas, a gente toca o planejamento orçamentário, emendas parlamentares, implementação da Política Municipal de Assistência Social, dentre outros aspectos; a relação com órgãos de controle, o Poder Judiciário, enfim.

É uma satisfação estar com todos. Se me permitem, eu peço licença para fazer o compartilhamento da tela para uma apresentação que a Secretaria preparou e, depois, fico à disposição para contribuições, dúvidas e o que mais for necessário.

- O orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. MATHEUS MARTINEZ CREPALDI – Se caso houver alguma dúvida mais pontual sobre a leitura do que vou apresentar, podemos ir conversando. Encarem isso como uma apresentação mais de um diálogo, estamos aqui como servidor público para prestar todos os esclarecimentos.

Audiência pública temática do Orçamento, pela Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo, onde versamos sobre o exercício orçamentário de 2023, com respeito ao PL 579/2022. A estrutura x apresentação é bastante objetiva, direta e simples, mas existem alguns detalhamentos a mais que vamos fazer ao longo da apresentação.

Nesse momento, eu vou fazer uma apresentação do histórico da Secretaria, do ponto de vista da evolução de como tem sido o financiamento e os recursos da pasta ao longo dos últimos cinco anos, para além da proposta para o ano que vem. Na sequência, eu comento um pouco da proposta para 2023, especificamente da LOA, e faço o panorama bem breve sobre a nossa rede socioassistencial, que é toda a rede de serviços e equipamentos públicos que são afrontados nos distritos e nas Subprefeituras, de modo que possamos fazer o atendimento de toda a população no âmbito da política de assistência social.

Esse é o histórico e o parâmetro do recurso e do financiamento da política de assistência social entre os anos de 2018 e 2020, mais o ano de adicional, que é a proposta tema dessa discussão de hoje para 2023. Então, como a gente consegue ler o gráfico? No eixo Y, é o volume de recurso, na casa dos milhões; e no eixo horizontal, os anos. As três cores do gráfico são: em azul, o valor orçado anual; em verde, o valor orçado atualizado; e em vermelho, o valor quitado.

O que tem aqui de informação? São duas unidades orçamentárias, que é o termo técnico que significam os dois órgãos que têm recursos próprios, recursos orçamentários, portanto, financiamento para a política pública de assistência social.

O primeiro órgão e unidade orçamentária é o da Secretaria, da pasta, da SMADS. A nossa sede é na Líbero Badaró, 425, que é a unidade orçamentária 2410; e, em sequência, a unidade orçamentária 9310, que é o órgão FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social.

Para vocês terem uma noção, rapidamente, na unidade orçamentária da SMADS a gente concentra todo o gasto com pagamento, folha de recursos humanos, também contratos e concessionárias, como por exemplo: contratos de água e de esgoto, de luz, para a sede administrativa, entre os prédios e equipamentos públicos da rede direta da Secretaria, os CRAS, CREAS. Então, isso está concentrado na 2410.

E a nossa unidade orçamentária, o nosso órgão do Fundo Municipal da Assistência Social, 9310, é o principal, é a fonte majoritária dos recursos de financiamento da política da assistência, onde a gente concentra, portanto, o recebimento do aporte orçamentário e financeiro

para realizar o pagamento das organizações da sociedade civil, que executam os serviços assistenciais. Então, fazendo já uma primeira lembrança, a gente tem na dinâmica do Município uma disposição que historicamente é construída em São Paulo, que é a oferta dos serviços em parceria com organizações, ou seja, o Poder Público realiza a contratação dessas organizações com conhecimento, com experiência no território, com profissionais capacitados, que já têm noção de como funciona a política da Assistência e que podem dar vazão e ter maior capilaridade na Cidade como um todo e a gente faz a nossa oferta.

Portanto, o valor orçado anual, que serão todas essas barrinhas em azul, é o primeiro valor que é orçado no momento da proposta orçamentária, quando a gente está nessa etapa de elaboração para a Secretaria da Fazenda. O valor orçado atualizado costuma ser o valor após a pactuação com a Câmara Municipal e, ao longo do ano, eventuais acréscimos de recurso acontecem, que é de praxe de toda Secretaria, como: pedidos de suplementação, aportes de outras fontes externas extraordinários, como fontes federais e estaduais, o que significa que é recurso que está vindo para a lei do Município para poder ser injetado no serviço. E o valor liquidado, em termos mais populares e coloquiais, é quando a gente paga efetivamente.

Sendo assim, o primeiro valor pensado é em azul. O valor em verde é quando ele está atualizado, o valor mais próximo do real; e em vermelho é o valor que foi pago, que foi liquidado até o momento.

Como vocês podem perceber, na evolução entre 18 e 19, a gente tem um primeiro padrão de um valor orçado um pouco acima do valor depois que será atualizado e concretizado, mas isso costuma ser de praxe por questões de correção inflacionária, enfim. E o financiamento da política de assistência social vai na casa de 1,3 ou 1,4 ou 1,2 bilhões de reais.

Em 2018, o valor orçado anual foi de R\$ 1,3 bilhões; depois, o orçado atualizado cai um pouco e vai para R\$ 1.286.846.000,00 e o que a gente executa, paga, liquida, é um pouco abaixo, mas sempre muito próximo, acima de 90%: R\$ 1,18 bilhões. Isso se repete, mais ou menos esse padrão, em 2018 e em 2019.

Analisando 2020 e 2021, a gente vê uma grande diferença no gráfico que a gente pode ver no tamanho da barra, por conta da pandemia. Então, lembrando que em março a gente já estava em estado pandêmico global, por conta do coronavírus, e é claro que o Poder Público, a sociedade como um todo, buscou dar respostas a isso e uma injeção financeira, econômica e orçamentária a mais foi extremamente necessária, devido ao período muito desafiador que a gente passou.

Então vocês percebiam que, tanto para 20 quanto para 21, as barrinhas de azul tinham um determinado valor inicial, que era orçado – 1,1 bilhões, quase 1,3 em 20; 1,35 bilhões em 21. E depois, na verde, que é atualizado, ele sobe, porque aí demonstra como foi de fato o orçamento ao longo do ano. Então, para 20, 1,8 bilhões; para 21, 1,9 bilhões, assim por diante. Em 22 segue ainda. Apesar de termos melhorado os índices da pandemia, ainda estamos num momento de arrefecimento da pandemia, mas ainda é supernecessário pensarmos em termos de políticas públicas para como vamos receber e lidar com essas populações, principalmente em situação de vulnerabilidade, que estão marginalizadas, por causa do processo pandêmico, das consequências que isso traz. Então ainda com um valor bastante significativo: 1,8 bilhões.

E aqui o que interessa para o tema de hoje, não querendo delongar muito mais nesse primeiro *slide*: a nossa proposta de orçamento para 2023, já com a consulta feita à Prefeitura, à Fazenda, essa primeira versão como chega como PL à Câmara Municipal, vai ser no valor de 1 bilhão, que é o orçamento para 2023 da Secretaria de Assistência; juntando a unidade orçamentária que eu mencionei há pouco, 2410; mais a 9310, do Fundo Municipal para as Organizações, para a prestação de serviços. Então 1 bilhão, 683 milhões, 89 mil e 278 reais. Então aqui temos esse panorama. Essa é a evolução do recurso.

Vou passar para o segundo *slide*.

Agora temos um detalhamento, bastante interessante também, que versa sobre essas unidades orçamentárias que eu comentei há pouco – a 2410 da Secretaria e a 9310 do fundo –, mas agora do ponto de vista da composição desse financiamento da Assistência Social em São Paulo, por tipo de fonte.

Então o que esse termo grandão técnico quer dizer?

Isso significa que temos um recurso, cuja maior parte é financiada pelos recursos municipais – recurso do Tesouro, da Secretaria, que é proveniente da arrecadação dos impostos, taxas e tributos municipais da cidade. Só que temos uma parcela para toda a Secretaria – mas aqui temos uma característica específica para a Assistência – de uma complementação desse financiamento, que chamamos de Fonte, que é para o nível estadual e para o nível federal. Então também recebemos recursos estaduais e recebemos recursos federais. Então é para vocês terem uma noção de como podemos ler esse gráfico.

Também temos a evolução de 2018 a 2022 e a 2023, com relação ao PL. E aqui, na tabela mais abaixo, temos a parcela desses recursos pela fonte de financiamento. Então, da Secretaria, que faz a folha de pagamento – paga todos os nossos assistentes sociais, os nossos psicólogos, nossos assessores, todos os nossos trabalhadores da rede, as nossas coordenadoras de CRAS – está aqui na SMADS, municipal. Então é essa primeira linha. Vocês vão vendo como a evolução se dá. Em 2018, 123 milhões; em 2019, 114 milhões; em 2020, por conta da pandemia, sobe bastante, 536 milhões; depois cai significativamente, em 2021, 101 milhões; e, em 2022, este ano, 119 milhões. E aqui o que chega para vocês analisarem, para os nobres Vereadores e Vereadoras, é, pela Secretaria, o valor de 120 milhões, 693 mil, 509 reais.

Agora, do Fundo Municipal da Assistência Social para o financiamento da cidade, o financiamento do município, próprio, que a maior parte, vocês vão ver, do valor total, é essa segunda linha do Fundo Municipal, a cor verdinha um pouco mais escura, representa a barra maior, porque é a parte mais robusta. E é como eu estava mencionando há pouco sobre as organizações para a oferta dos nossos serviços: está sempre na casa de 1 bilhão, 1 bilhão e pouquinho. Então, em 2018, 1 bilhão e 9 milhões de reais; e, 2019, 1 bilhão, 17 milhões; em 2020, 1 bilhão, 152 milhões; em 2021, sobe bastante, 1,7 bilhões; em 2022, 1,5 bilhões. E aí chegamos, para 2023, a 1 bilhão, 457 milhões, 987 mil, 621 reais.

E a mesma coisa para o nível estadual e federal.

Vejam que, para o nível estadual, começamos, em 2018, com um valor próximo do 60 – entre 60 e 30 milhões –; sobe um pouco em 2020 para 80 milhões, mantém-se mais ou menos, tem um pequeno decréscimo; em 2022, aumenta bem, com 127 milhões; e aí cai um pouco agora, em 2023, para 64 milhões, 915 mil, 852 reais, que é o que estamos estimando, que foi autorizado pela Fazenda como recurso estadual. E o federal também um pouquinho acima. Vocês vão perceber um fator interessante.

Nos primeiros anos, a fonte federal do financiamento do recurso era maior do que a estadual. Então, se vocês comparam em 2018, 98 para 65 milhões; em 2019, 96 milhões para 70 milhões; em 2020, 125 milhões para 80 milhões. E agora isso se inverte um pouco em 2022 e também mantém esse padrão em 2023. Então o nível estadual agora dando maior aporte que o nível federal: 127 milhões em 2022; 64 milhões em 2023.

É muito número, pode ser muita coisa técnica; às vezes, pode parecer um pouco de chatice, mas acho que é importante democratizarmos esse conhecimento sobre o orçamento público, sobre financiamento. Sabemos que, às vezes, costuma ficar na mão de poucos, e é importante que a população, em geral, tenha conhecimento e tenha noção de como isso funciona. Então o resumo desse segundo *slide* é o financiamento. Se vocês somarem SMADS, municipal, fundos municipal, estadual e federal, vocês chegam a esses valores. Aqui já é somado. E aqui vai ser dividido por tipo de financiamento, por nível de governo, para vocês terem uma noção da composição desse recurso.

E a ressalva é que fechamos esses dados no dia 10 de novembro, salvo engano, quarta-feira passada. Então essa é a evolução do financiamento da Secretaria, e o que temos para 203.

Agora, chegando na proposta da lei orçamentária anual de 2023, nós fazemos um resumo bastante breve, mas com algumas ressalvas, que eu vou comentar com vocês, e depois nós nos colocamos à disposição para conversar e tirar dúvidas.

De detalhamento da proposta, temos como destaques os compromissos vigentes, que nós nunca podemos deixar de assumir, que têm relação em três camadas: uma primeira é

o custeio, a manutenção do pagamento, da nossa rede parceria atual – as organizações que hoje já funcionam e prestam serviço. Isso nós orçamos no valor de 1 bilhão, 295 milhões, 835 mil, 168 reais. Temos um outro componente importante, que são os contratos administrativos – não somente aqueles de concessionária, como água, luz, pagamento de IPTU, mas também contratos de tecnologia da informação, cabeamento, rede, internet, que vão substanciar e dar toda a infraestrutura física e tecnológica para a nossa política na cidade. Então aqui é no valor de 240 milhões. E aí gastos com pessoal – tudo que entra de recursos humanos, bonificações, benefícios, estagiários, assessores técnicos efetivos, CLT, todos os tipos de vínculos empregatícios para a nossa Secretaria, para os nossos CRAS, CREAS, Centros, nossos serviços na ponta –, chegando a um valor de 99 milhões, 836 mil, 870 reais. Isso tudo totaliza compromissos vigentes que temos de manter, no valor de 1 bilhão, 336 milhões, 92 mil, 998 reais, que é o valor que já temos que assumir, garantir, com relação a essa proposta. É mais ou menos o raciocínio que vocês têm que fazer.

E agora fazemos uma menção super relevante com relação ao Programa de Metas.

O Programa de Metas incorpora o programa de governo – a cada quatro anos, da gestão eleita, e, baseado em evidências e indicadores, no planejamento das secretarias, na contribuição de Vereadores, principalmente da sociedade civil, mas do Poder Legislativo como um todo – e organiza esse processo de como vai ser a atuação do Poder Público durante quatro anos.

Temos o Programa de Metas para 2023. Essa conta [R\$ 137.530.153,77], vou deixar bem claro, é o custo anual necessário para o cumprimento do Programa de Metas. Então, para cumprirmos todas as responsabilidades da SMADS, da Política de Assistência Social do Programa de Metas em 2023, nós estamos fazendo uma previsão e um planejamento desse valor: R\$ 137.530.153,77.

Nessa conta englobamos as metas número 1, 16 e 17 do Programa de Metas da SMADS. E, se vocês me derem uma licença bastante rápida, eu vou até mostrar para vocês, porque eu acho que, na linha de democratização, é bastante importante.

Esse documento é público, está acessível na internet: é o nosso Programa de Metas 2021-2024, versão final, participativa. Todos os munícipes, cidadãos, conseguem encontrar os compromissos da Secretaria.

Eu vou mostrar para vocês um exemplo, somente para terem noção. Quando eu coloco Meta 16, temos o Programa Reencontro, reordenamento da rede – essa é a meta que versa sobre a população em situação de rua e novos serviços. Meta 17, também da Assistência Social: implantar 60 serviços para a população idosa.

E assim vai. Temos descrição de iniciativa, as informações complementares, as Secretarias envolvidas.

Acho que isso é bastante importante, e por isso destaco aqui.

Quando fazemos esse cálculo, chegamos a esse valor. Temos, num primeiro momento, os compromissos vigentes divididos entre esses três níveis aqui – rede parceira, contratos, pessoal. E aqui as metas do Programa de Metas para a Secretaria realizar ao longo de 2023.

Para fazer um pequeno resumo, na Meta 1, temos o Programa Renda Mínima Municipal, benefícios eventuais ofertados nos nossos CRAS e todas as ações que versam sobre programas de transferência de renda – aquele indivíduo, aquela família, que está em situação de vulnerabilidade e tem a possibilidade, é um direito seu assegurado solicitar um benefício eventual ou um programa de renda mínima, um recurso que vai ser um aporte para que possa, no médio prazo, conseguir melhorar a sua situação, superar eventualmente alguma linha de pobreza, sair da linha da miséria. É um pouco pensado para esse tipo de situação.

A Meta 16 versa sobre todos os nossos serviços de acolhimentos ou de convivência para a população em situação de rua – adultos, crianças, adolescentes, mulheres, população trans.

A Meta 17 versa sobre o perfil de público idoso, também superimportante. Então a população idosa é contemplada no Programa de Metas e, portanto, também no planejamento da Secretaria.

Seguindo para a parte final, vamos ter um panorama bem breve da rede sócioassistencial em alguns números.

A Assistência Social, a espelho do que é o funcionamento da política de saúde, que tem os pesos de proteção – Atenção Básica, Atenção de Média e Alta Complexidade, hospitais regionais, UBS, AMA, UPA –, tem o SUAS, que é o Sistema Único de Assistência Social, um espelhamento. Além disso, a organização da política funciona também por níveis de proteção. Então temos a Proteção Social Básica, em que temos a defesa e garantia de direitos, defesa institucional e social, proteção social. E aí nós temos a Proteção Social Especial dividido entre média e alta complexidade. Então na base é onde temos muito esse lugar do fortalecimento do vínculo com os diversos perfis de público – criança e adolescentes, famílias, idosos. E aqui, para a Produção Social Especial, já partimos do pressuposto de que esse indivíduo, essa família, está numa situação de risco social ou já de violência de direitos, e aí ele, ou ela, precisa de uma atenção especial – muitas vezes, um acolhimento; mas, às vezes, algum outro tipo de acompanhamento, que é bastante relevante e tem uma complexidade maior pela situação.

Então, para a Proteção Social Básica, temos hoje vigentes 755 parcerias, significando 58% de toda a oferta de parcerias que temos pela Secretaria, e totalizando um custo anual de 590 milhões, 116 mil e 97 reais. Isso representa, no todo, 45%. E na Proteção Social Especial, temos 539 parcerias, representando 42% do total dessa oferta, e isso correlacionado ao custo anual de 705 milhões, 719 mil e 71 reais, representando 54% dessa nossa divisão para oferta da rede.

E notem que, por mais que nós tenhamos mais parcerias da Proteção Social Básica, o valor é relativamente um pouco menor – pouco mais de 100 milhões – por conta de que os serviços da Proteção Social Especial, justamente por essa complexidade – por exemplo, uma casa de acolhida para a população em situação de rua, para famílias, um Centro de Acolhida Especial para famílias, demanda um atendimento mais especializado, tanto do ponto de vista da oferta dos profissionais quanto com relação aos cômodos, ao tipo do imóvel, à oferta dessa comida, ao horário, ao turno em que esses profissionais vão estar trabalhando. Então essa

complexidade toda se resume em serviços mais caros, é por isso que, apesar da quantidade de parcerias em número menor para a Proteção Social Especial, é um montante significativo maior do que na Proteção Básica, apesar de esta ter muito mais serviço, em comparação. Então totalizamos isso tudo que eu estou falando com referência para julho de 2022, porque é a referência que utilizamos para o momento da elaboração orçamentária, para apresentar no nosso conselho municipal, enfim.

Tínhamos, em julho, 1294 parcerias, e isso ofertado mais ou menos por umas 370 organizações da sociedade civil. Então são muitas organizações parcerias que fazem parte de frentes de luta, de movimentos sociais; às vezes, algumas organizações menores, localizadas em algum distrito, em algum bairro específica; outras organizações bastante grandes e profissionalizadas, às vezes, nacionalizadas e internacionalizadas. Então temos uma riqueza bastante grande – peço desculpas pelo cifrão duplicado. Isso totalizada R\$ 1.295.835,168,00.

Esse é o resumo que colocamos para vocês nessa apresentação inicial da SMADS – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo.

Cumprimento todas e todos e me coloco à disposição.

Espero que tenhamos uma ótima manhã com relação à pauta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto - PT) – Okay. Obrigado, Matheus.

Eu havia dito que encerraria as inscrições, mas vamos considerar que, por conta da burocracia lá na entrada, vamos reaver as inscrições na exposição da Secretária Soninha Francine. E, no encerramento da fala e da exposição da Sra. Secretária, encerram-se as inscrições. Okay?

Aos que chegaram, bom dia a todas e a todos.

Está com a palavra a querida Secretária de Direitos Humanos Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Sr. Presidente.

Tenho uma apresentação também.

- A oradora passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Vou começar falando sobre a estrutura da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

Ela é composta por inúmeras coordenações temática, cada qual dedicada a uma população específica que tem os seus direitos particularmente ameaçados ou que já tiveram pessoas, grupos, populações que já tiveram os seus direitos violados.

São as seguintes coordenações – Criança e Adolescente; Juventude; Mulheres; Pessoa Idosa; Promoção da Igualdade Racial; LGBTQIA+; Indígenas, que é a coordenação mais recente, criada em 2020; Imigrantes e Trabalho Decente; Política de Drogas; População em Situação de Rua; Cidade Solidária, que não é uma coordenação desenhada, mas faz parte também da estrutura da Secretaria.

Originalmente, e ainda até hoje, a Secretária faz muitas ações de articulação de políticas, quer dizer, políticas que são executadas por outras secretarias, e a Secretaria de Direitos Humanos participa da formulação, da fiscalização. Mas, com o passar do tempo, a Secretaria também foi assumindo funções executivas, sendo hoje responsável por vários equipamentos de atenção, de atendimento ao público e por ofertas de serviços públicos. Então temos muitas ações que são não orçamentárias – quer dizer, não implicam gasto de dinheiro –, e tem as ações que são propriamente orçamentárias.

Exemplos de ações que são não orçamentárias, em relação à população indígena, por exemplo, recentemente, o governo do estado transferiu para o município, Vereador, o valor de bolsa trabalho para 5 mil pessoas em situação de rua e 5 mil pessoas em situação vulnerável, não necessariamente em situação de rua.

Por meio da articulação da coordenação de políticas para a população indígena, os indígenas aldeados e não aldeados foram incluídos no programa bolsa trabalho. Então, passaram a receber um valor mensal. No caso, para executar tarefas da própria aldeia, de intervenções no próprio território da aldeia. O bolsa trabalho foi feito por meio de uma articulação nossa com recurso estadual.

A instalação de banheiros na Aldeia do Jaraguá ligados a biodigestores para produção de gás inclusive. Na Aldeia do Jaraguá que é uma aldeia bastante urbanizada no seu núcleo mais populoso, tinha banheiros convencionais com funcionamento horrível. Era uma demanda antiga dos indígenas que foi substituída por banheiros de outra natureza como esses e foram implantados com recursos, nesse caso, de uma emenda parlamentar via Secretaria de Coordenação de Sustentabilidade.

A sinalização turística na região de Parelheiros também tem um projeto já bem consolidado de visitas turísticas de caráter educativo, de conscientização, sensibilização e conhecimento, e a Secretaria de Turismo vai investir em sinalização turística para facilitar o acesso organizado às aldeias.

A Coordenação de Igualdade Racial tem uma ação que é bastante forte com a SPTrans para que os ônibus circulem pela cidade, informando que o número 156 aceita denúncias de racismo e conscientizando sobre o crime, como ele acontece, fazendo ações de formação para milhares de motoristas e cobradores das empresas que operam sistema de transporte em São Paulo.

Então, não só ações orçamentárias, não têm um gasto no orçamento para isso, mas são ações de grande alcance. No caso, tenho uma despesa da SPTrans de envelopar os ônibus, de produzir os jornais e assim por diante.

A Coordenação de Políticas Imigrantes tem o serviço, CRAI, Centro de Referência e Atenção a Imigrante, que tem o atendimento via Defensoria Pública da União, muito importante e também não é uma ação orçamentária.

A Divisão de Desaparecidos tem uma parceria importante com o metrô de São Paulo que divulga imagens de pessoas que constam como desaparecidas.

Têm as ações de gasto orçamentário e, mesmo assim, nem sempre os gastos das nossas ações saem do nosso orçamento. O caso do programa operação trabalho e o do transcidadania, por exemplo, quem paga o benefício para as pessoas atendidas no transcidadania, quem faz o pagamento para a pessoa física é a Secretaria de Desenvolvimento

Econômico e Trabalho, mas a ação é coordenada por meio da nossa Coordenação de Políticas LGBT.

Então, vamos olhar para os números, propriamente, destacar alguns gastos.

Próximo *slide*.

A Secretaria, antes de começar a audiência, conversando com o Vereador Jair Tatto, porque o orçamento sempre aumenta em número todo ano. É difícil identificar o que corresponde a um reajuste, quer dizer, o que a gente já gastava antes com um aumento referente ao aumento das despesas e o que realmente é um aumento.

Em relação à Secretaria de Direitos Humanos, tem um aumento real nos últimos anos muito visível por causa desse aumento de responsabilidades assumidas pela Secretaria de Direitos Humanos.

Então, vocês veem que o orçamento de 2019, 2020, 2021, 2022, é a coluna da esquerda. O que foi realmente gasto é o que está na coluna da direita. Ou seja, perto do que estava orçado, a Secretaria teve uma suplementação que foi praticamente o dobro do orçamento inicial previsto.

O orçamento para este ano era de 144 milhões. Vamos gastar mais de 316 milhões. Eram 144 e foi mais do que isso de suplementação solicitada para a Secretaria da Fazenda mediante leis novas que foram aprovadas ou decisões tomadas em nível de governo que não são leis, baseadas, por exemplo, em Decreto, mas que implicaram em novos compromissos, responsabilidades e direitos humanos.

Esse dinheiro é comprometido. Se não está empenhado, está reservado. Isso é gasto. Vou gastar tudo.

Para o ano que vem, foi criado o Fundo de Segurança Alimentar e Nutricional porque uma boa parte desse dinheiro a mais que a gente gastou em relação a esse dinheiro que estava orçado inicialmente foi com as ações emergenciais de segurança alimentar que começaram como emergenciais durante a pandemia, programa cidade solidária, e que agora, por causa da lei aprovada nesta Casa, passam a ser ações permanentes.

Então, o que acontece: a gente não precisa pedir o tempo todo suplementação para uma ação emergencial de segurança alimentar porque tem o fundo de segurança alimentar que já vem com 190 milhões para o ano que vem, e o orçamento da Secretaria, então, fica em 147 milhões.

Próximo *slide*.

A coluna da direita onde está FAS é mais do que o que foi suplementado em 2022. Era um dinheiro extra e passa a ser o ponto de partida. A gente já começa o ano com esse valor para as ações de segurança alimentar que deixam de ser emergenciais em ciclos de três meses por conta do Decreto da Pandemia e passam a ser políticas públicas permanentes.

Próximo.

Destacando, então, agora algumas das nossas principais despesas, aquelas ações que são orçamentárias e que implicam em gasto de dinheiro do nosso orçamento: políticas para mulheres, que tem, por exemplo, responsabilidade na gestão da Casa da Mulher Brasileira, uma política federal criada há anos, um lugar que reúne serviços de governo do estado também porque lá tem uma Delegacia de Polícia, Defensoria Pública, Ministério Público, Judiciário e aquilo que é executado pela Secretaria de Direitos Humanos e pela Secretaria de Segurança Urbana, porque também tem um posto do Guardião Maria da Penha. Então, esse orçamento de mulheres vem nesse crescendo ao longo dos anos.

Quero chamar atenção que uma dificuldade dos últimos anos foi a não transferência de recursos do governo federal que deveriam ser transferidos; quer dizer, o governo federal criou o modelo da Casa da Mulher Brasileira com o compromisso de fazer um aporte regular de recursos para manter isso funcionando. Nesses últimos anos vieram: 1,2,1, 3 milhões. Então, a gente tem a expectativa de que agora, para o ano que vem, essa relação mude.

Próximo.

Política LGBTI também tem um gasto nosso considerável porque a gente tem 4 centros de cidadania LGBT e um Centro de Referência em Diversidade que foi criado em SMADS, mas, depois, porque tem um perfil mais condizente com a Secretaria de Direitos

Humanos. Então, são cinco equipamentos de atendimento a pessoas LGBT mais unidades móveis e o transcidadania cujo pagamento é feito via Secretaria do Trabalho.

Próximo.

A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial tem oito Centros de Referência em Promoção da Igualdade Racial em lugares diversos pela cidade. Então, esse é o principal gasto, a manutenção desses equipamentos e das equipes, porque muitas das ações não dependem de um pagamento feito, não são orçamentárias, como é o caso da capacitação dos motoristas e cobradores para como não agir com racismo e como reagir em caso de constatação de episódios de racismo dentro dos ônibus.

Próximo.

A Coordenação da População em Situação de Rua hoje em dia tem também a execução de ações, como por exemplo, ações com orçamento nosso nas ações de baixas temperaturas, que são executadas por muitas Secretarias diferente, a Assistência Social, por exemplo, tem uma parte importante na criação de vagas extras e Direitos Humanos também participam com fornecimento de cobertores, moletons, meias, luvas, sopa, chocolate quente, e tem ônibus da PopRua que foi criada com a política municipal da lei da PopRua passa a ter uma unidade móvel específica para atenção à população em situação de rua e denúncias à violação de direitos. Então, a Coordenação de PopRua não fazia gasto praticamente nenhum. Ela era só de articulação e agora passa a ser responsável também pela execução de ações para população em situação de rua.

Por isso, esse salto tão grande. Nesse caso, evidentemente, não é uma correção. É, realmente, um aumento, um recurso novo que passa a ser executado.

Pode passar.

Na política de idosos, a nossa execução é pouca; a gente faz muito mais a articulação com a saúde, habitação, própria assistência social, mas tem, também, um gasto no caso com o polo de referência da pessoa idosa – um valor razoavelmente estável que vem aumentando, mas é mais uma correção do que um aumento.

Pode passar.

O Centro de Referência e Atenção ao Imigrante que não tem um gasto próprio do imigrante além de muitas ações de articulação, como, por exemplo, a UBS de Perus se depara com uma demanda maior de pessoas imigrantes, de mulheres imigrantes, procurando atendimento. Elas precisam de um apoio, de uma referência, para saber como prestar esse atendimento da melhor maneira. Então, o Centro de Referência se desloca e faz essa ação, quer dizer, não é um gasto orçamentária, mas é uma ação importante.

Próximo.

Um gasto muito significativo que, agora, compete à Secretaria de Direitos Humanos é o gasto administrativo com os conselhos tutelares, a remuneração dos conselheiros, a manutenção dos espaços, o fornecimento dos equipamentos. Essa é uma despesa com um aumento, de fato, que vem acontecendo nos últimos anos.

Pode passar.

Além disso, a Secretaria de Direitos Humanos executa muitas emendas parlamentares. Como a gente trata de muitos assuntos, muitos temas diferentes, é natural que vários Vereadores e Vereadoras dediquem emendas para ações executadas via Secretaria de Direitos Humanos. Então, recebemos, até agora neste ano, 105 emendas de valores muito diferentes. Algumas são de 30 mil e duas foram de 1 milhão de reais. São escalas muito diferentes de parcerias que são executadas. Foram 23 parlamentares de 12 partidos diferentes, algumas vezes quatro parlamentares para que cada um dedique um pouco de recurso para um determinado projeto.

Finalmente, os Fundos Municipais, além do Fundo de Segurança Alimentar que é esse novo que começa com o aporte de recurso do Tesouro Municipal, quer dizer a Prefeitura já tem reservado para esse Fundo, tem outros Fundos que recebem doações de pessoas físicas e jurídicas com incentivo fiscal, quer dizer, a pessoa destina uma parte do imposto de renda que ela tem para pagar para o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente. Uma coisa que a gente incentiva muito porque o imposto de renda que é pago vai para União e você tem pouco controle

de como esse dinheiro está sendo gasto, agora, quando você destina o recurso para um Fundo Municipal, a chance de saber exatamente como esse recurso foi utilizado é muito maior. Então, a pessoa vai pagar o imposto de renda. Em vez de pagar para a Receita Federal, ela faz uma doação que não custa nada para ela, porque ela já pagaria imposto de todo jeito.

Então, a gente tem o FASP que, por enquanto, tem recurso da Prefeitura mesmo.

Pode passar.

O problema é que, quando se depende de doação, fica muito difícil prever quanto você vai conseguir captar de doação. Então, o FMID tinha essa previsão de arrecadação, como, por exemplo, foi previsto que em 2022 iria arrecadar 17 milhões de reais em doação. Não arrecadou. Então, a doação para o ano que vem, a gente pode chamar de pessimista ou realista. A gente acha que se conseguir arrecadar mais do que isso maravilha. A gente manda para o Fundo e publica os editais.

O Fundo da Criança e Adolescente também tem essa previsão: a gente queria arrecadar 60 milhões em 2022. Quer ver quanto foi a arrecadação até aqui?

Pode ir. Próximo *slide*.

Tinha essa previsão de arrecadar 17 milhões. Até agora para o FMID: 1 milhão, 619 mil reais foram doados. Essa doação não é regulada o ano inteiro. Quando chega o fim do ano, as empresas fecham o balanço, ela vê quanto ela, pessoa jurídica, vai ter que pagar de imposto de renda referente aquele exercício, decide fazer as doações.

As pessoas físicas podem fazer as doações no ato da entrega do imposto de renda em abril, então, chegam volumes sem muita regularidade e previsibilidade, mas a gente tenta.

Previsão do Funcad: 50 milhões de reais; desejo maravilhoso, mas, até agora, foram 7 milhões de reais arrecadados; se vier mais do que isso, ótimo; a gente trata de executar.

O Funcad e o FMID são recursos executados por meio de editais de chamamento e quem decide sobre os projetos aprovados são os dois conselhos: CMDCA, Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, e o Conselho Municipal do Idoso.

Pode ir. Agora terminando mesmo.

O Funcad hoje tem 71 milhões já compromissados com projetos que estão sendo executados; tem uma porção de projetos que o CMDCA deu *okay* no edital, falando que está de acordo com a política pública, inovador e faz sentido, com a entrega dos documentos das entidades, esse recurso começa a ser executado, e, para o ano que vem, o que tiver lá, pode ser objeto de novo edital.

Pode ir. Acho que agora acabou mesmo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Soninha, querida Secretária.

Quero anunciar a presença de forma virtual do Vereador Gilberto Nascimento e, também, de maneira presencial, nosso querido Vereador Líder do Governo Fabio Riva.

Encerradas as inscrições, nós temos inscritos 33 de forma presencial e 22 inscrições pelo sistema híbrido. Vamos conforme a gente vem fazendo, chamaremos um de forma on-line e um ou uma de forma virtual.

A primeira inscrita, de forma *on-line*, Cecilia Teixeira. (Pausa) Alguém representando o Polo Social Cívico Brasilândia? (Pausa) Terceira inscrição Eliana Neto. (Pausa) Alguém que represente o CEAS Casa Verde. (Pausa) Sonia Coelho. (Pausa) Camila Caldas de Freitas. (Pausa) Márcia da Silva Vieira Costa. (Pausa) Márcia Regina Victoriano. (Pausa) Nathalia de Freitas Silva. (Pausa) Rafael Vítor Dias da Silva. (Pausa) Haydée Paixão. (Pausa) Wellyene Gomes Bravo. (Pausa)

Flávia de Barros Moreira Pires. Tem a palavra, por três minutos.

A SRA. FLÁVIA DE BARROS MOREIRA PIRES – Queria dar bom dia a todos. Meu nome é Flávia e sou do Movimento Cultura Gorda.

A gente luta por um estatuto de inclusão e proteção às pessoas gordas.

Quero saudar o Tatto; o Sidney; a Soninha, que é minha colega de crítica,.. (Falha na transmissão) ... que luta pela bicicleta como meio de transporte.

Quero dizer que tem muita coisa a se trabalhar nos direitos humanos em relação às pessoas gordas. Nós somos 60% da população brasileira, segundo o Ministério da Saúde, em

2021. A gordofobia é estrutural, é um preconceito silencioso. Ela está presente em todas as esferas sociais, nasce na família, que é a primeira célula social.

Vou dar exemplos rápidos, porque eu tenho pouco tempo. A gente teve o caso de uma criança de seis anos que o pai, achando que ela estava gorda, jogou-a para fazer esteira e a criança morreu. Nós temos uma adolescente de 17 anos que, há quatro, se enforcou no banheiro do colégio porque não suportou a gordofobia. No mês retrasado, uma pré-adolescente de 13 anos se enforcou com a própria mochila no banheiro do colégio, porque não suportou a gordofobia na escola. A gente teve um suicídio de um jovem gordo que não suportou um mês no Mackenzie e se jogou de uma ponte.

A cada dez contratantes, sete não contratam pessoas gordas. De dez concursos públicos, oito não contratam pessoas gordas. A gente tem sérios problemas de acessibilidade. Na área da saúde, a gordofobia médica mata muito, vários gordos vão fazer exame, não se pergunta nada do que dá dor ou o que ele está tendo, não se faz exame nenhum e os gordos morrem de câncer, porque tudo é justificativa para fazer dieta quando, na verdade, só o exame pode dizer se o gordo está doente ou não. Nós não somos doentes. Nós somos tratados como doentes, como pessoas sujas, como pessoas incapazes e nós queremos ser inclusos como pessoas, como seres civis.

Eu faço um convite aqui, já fiz esse convite ao Sidney, eu já fiz esse convite ao Tatto, eu faço o convite a outros Vereadores presentes, faço o convite à Secretaria também, venham dialogar com o movimentoculturagorda@gmail.com, porque só o gordo pode legislar em relação ao gordo. Inclusive há gordofobia em movimentos sociais também, tem gordofobia em Movimento LGBTQI+, a gente tem gordofobia em movimentos feministas. Eu fiz parte de um grupo de samba feminino que não tinham a sensibilidade de entender a complexidade...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui para mim, por favor.

A SRA. FLÁVIA DE BARROS MOREIRA PIRES – ...das questões da mulher gorda.

Então faço esse convite para vocês, aliás, até no movimento das bicicletas. Eu sofri gordofobia na ciclofaixa de lazer de um gordo, até a gente transformou isso no Samba Plus Size, que é um trabalho educativo e cultural, e a gente transformou em samba essa questão.

É muito sério e não tem nada que se fale disso dentro da Secretaria, por isso eu faço esse apelo: vamos dialogar e vamos legislar sobre isso.

Obrigada, Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Flávia. Quero que o Júlio Cezar, do Quilombo Periférico, fique a postos, mas vou fazer mais um teste para tentarmos tirar da frente, no bom sentido, os que estão de forma *on-line*.

Maísa Sousa de Castro. (Pausa) Marcus Vinicius Silva Caetano. (Pausa)

Natália Chaves Oliveira.

A SRA. NATÁLIA CHAVES OLIVEIRA – Bom dia. Presente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Davi Aparecido Nogueira. Vera Lúcia Felizardo.

Natália, eu estabeleci um *on-line* e um de forma presencial. Peço que você aguarde três minutos, porque eu tenho um orador presencial para se manifestar, *okay*?

A SRA. NATÁLIA CHAVES OLIVEIRA – Claro. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Com a palavra Júlio Cezar de Andrade, Quilombo Periférico, presencial.

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – Bom dia a todas. Bom dia a todos. Meu nome é Júlio Cezar de Andrade, sou Covereador da Mandata Coletiva Quilombo Periférico.

É importante dizer que mesmo com o aumento do orçamento na política de assistência, ele não cobre os reajustes reais na política de atendimento nos serviços da proteção básica e na proteção especial.

É importante dizer que, no que diz respeito ao orçamento da política das mulheres, por vezes, fica difícil rastrear, porque horas tem uma porcentagem na Secretaria de Direitos Humanos e, em outro momento, uma porcentagem na Secretaria de Assistência. Precisa ficar explícito qual é o fundo municipal de política, de orçamento, para atendimento às mulheres.

No que diz respeito aos direitos humanos também, é importante aqui salientar que só 442 mil para as políticas públicas da juventude é um retrocesso, haja vista o grande aumento do genocídio nos territórios periféricos da cidade de São Paulo. E são jovens pretos que quando não sentem a morte por bala, sentem pela ausência de políticas sociais. E a gente não tem de forma explícita nesta audiência qual é o fundo municipal de política para a juventude no município de São Paulo. Uma vez que já existe o Conselho, precisa de um fundo para deliberar.

Outra questão importante, que não tem como não trazer aqui, do nosso compromisso, como Mandata Coletiva, com debate apresentado pelo FAS São Paulo, em especial na defesa do orçamento. E é importante acrescentar a necessidade do orçamento dos Conselhos Tutelares retomarem para as Subprefeituras, nas quais os Conselhos tenham autonomia na decisão. E é fundamental dizer que o município de São Paulo não tem uma política de levantamento de dados, de observatório, acerca de criança e adolescente. Em especial, quero reivindicar a necessidade da retomada de implantação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua e na rua. Nós não temos mais serviços especializados na cidade de São Paulo e são necessários.

Antes de finalizar, por causa do tempo, é importante dizer que a assistência é uma política pública de estado e que ela deve ser respeitada e preservada, inclusive as deliberações do seu Conselho Municipal, assim como as deliberações apresentadas pelo FAS e pelo movimento da sociedade, de forma geral.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – É importante destacar, antes de finalizar, que são somente oito serviços que atendem e que combatem o racismo na cidade de São Paulo. Esses serviços são insuficientes pelas demandas de racismo atendidas e que chegam nas várias políticas sociais e se a gente quer combater o racismo, a gente combate com política pública, a gente combate com eficiência no orçamento e a gente combate o racismo trazendo a população preta como protagonista nas decisões e nos espaços de poder.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Júlio.

O SR. JÚLIO CEZAR DE ANDRADE – E por uma SP sem racismo, sigamos na luta.

Estamos à disposição. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Okay.

- Aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Corretíssima a manifestação, após a fala do orador. Isso é extremamente saudável.

Natália Chaves Oliveira.

A SRA. NATÁLIA CHAVES OLIVEIRA – Bom dia. Eu sou do mandato coletivo Bancada Feminista do PSOL, representado na Câmara pela Silvia Ferraro.

A minha dúvida é sobre o orçamento para o programa de Segurança Alimentar e Nutricional, que virou lei, Lei nº 17.819/2022, deste ano, e há vários programas dentro do programa geral de Segurança Alimentar e Nutricional, como o Armazém Solidário, Banco de Alimentos, Cidade Solidária, Bom Prato Paulistano, Rede Cozinha Cidadã, Rede Cozinha Escola, Auxílio Alimentação, entre outros.

Alguns dados foram apresentados sobre segurança alimentar, mas eu queria confirmar qual seria o orçamento previsto para execução geral de todo o programa de Segurança Alimentar e Nutricional, não apenas o Cidade Solidária.

Essa é a dúvida do nosso mandato.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Obrigado, Natália.

Fabio, fica a postos, eu vou na mesma linha adotada. Vou chamar Maria Angélica de Oliveira, de forma *on-line*.

Vera Lúcia Felizardo.

A SRA. MARIA ANGÉLICA DE OLIVEIRA – Estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Maria Angélica, por gentileza, você vai aguardar. Depois do Fabio, você tem a garantia da fala, okay?

Fabio, com a palavra.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Bom dia, estimada população paulistana que luta, hoje, este plenário nobre, mostrando a sua nobreza, que às vezes políticos não têm, no sentido dos direitos humanos e da assistência social.

Sr. Presidente Jair Tatto, Sr. Relator Sidney Cruz, Sra. Secretária e ex-Vereadora Soninha Francine, mas especialmente a população, os Conselheiros e Conselheiras, a minha querida Conselheira Maria Angélica, amiga há mais de 20 anos, figuras representativas da história da cidade de São Paulo, nesse particular.

É sempre importante lamentar que o dinheiro dos direitos humanos e da assistência não é executado, como já se veem nos mesmos 20 anos. Um exemplo clássico disso – e por isso é bom dar os números – é a Casa da Mulher Brasileira, dotação 2053. No ano passado, essa dotação era de 10,7 milhões, mas foi executado apenas 4,9, nem 50%. Evidentemente que é um prejuízo no atendimento às mulheres brasileiras, paulistas e paulistanas sendo que não é executado esse dinheiro. Neste ano, a dotação aumentou, quase 16 milhões, só que até setembro, chegou a 4,5 milhões de reais.

Um exemplo, no subitem Indenizações e Restituições, nada executado. Realmente, é na Várzea do Glicério, na região do Cambuci, muito importante e é bom sublinhar, vamos dizer a verdade, minha gente, verba federal tinha que ser mandada para esse projeto. Hoje é dia 17, faltam 44 dias para uns dos piores presidentes desta nação, Jair Bolsonaro ir embora do Palácio do Planalto.

- Manifestação da plateia.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Jair Bolsonaro não deu dinheiro para a Casa da Mulher Brasileira. É um péssimo gestor, nunca mais! Bolsonaro, nunca mais!

- Manifestação da plateia.

O SR. FABIO SIQUEIRA – E nem seus filhos; Flávio, Carlos e Eduardo. Atenção, Brasil. E lamentavelmente, lamentavelmente, Rodrigo Garcia votou em Bolsonaro; Ricardo Nunes votou em Bolsonaro.

- Manifestação da plateia.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Então, quem vota em Bolsonaro vai para o lixo da história também!

- Manifestação da plateia.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Voltando para o tema municipal: política população idosa. Não há justificativa, Soninha, para não usar o dinheiro para a população idosa. A gente vai envelhecer, a população idosa é o baluarte, merece todo o respeito, como sempre nos ensina a Conselheira Dona Maria do Socorro Alves, de Itaquera. É lamentável que no ano passado, dotação 4320, só se usou 3,5 mil reais. É esmola para o idoso? Não, o idoso quer política pública. Neste ano, 14,5 mil reais até setembro. Por que a Secretaria só dá 300 mil reais para essa política, 4320? O idoso não quer esmola, quer política pública.

Comuda, Álcool e Drogas, nada executado neste ano. Qual o exemplo que se dá para a geração para o combate ao tóxico, ao fumo, ao tabaco, se nada é executado do 4325, Políticas, Programas e Ações de Álcool e Drogas?

Equipamentos da população idosa, de novo, a população idosa prejudicada: 4330. No ano passado, um milhão de reais; neste ano caiu para nem 300 mil reais. Por que, Soninha? O que se tem contra o idoso de São Paulo? É lastimável esse tipo de prática. Universidade aberta à população idosa, esse ano, nada executado; no ano passado, se executou o mínimo, que fica no bairro histórico do Cambuci.

Política para as mulheres, 9037, nada executado. Rede de Atendimento às Mulheres, nada executado. Comuda, nada executado. Qual a explicação disso?

Os Conselhos, no ano passado, 97 mil reais; neste ano, 112 mil reais. Por que se perdeu o protagonismo dos Conselhos nesta cidade? Será que o seu amigo José Serra, vai continuar nos vampirando? Vai continuar nos tirando direitos? Até quando?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Concluindo.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Ele perdeu a eleição, graças a Deus! Fora, Serra!

- Manifestação da plateia.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Para todo o sempre. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay.

O SR. FABIO SIQUEIRA – Okay. Muito obrigado. Sucesso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – As manifestações estão sendo no meio, pedi que fossem ao final.

- Manifestação da plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclui para mim, Fabio. Eu pedi que fossem ao final e vou continuar pedindo.

Muito bem. Maria Angélica de Oliveira.

A SRA. MARIA ANGÉLICA DE OLIVEIRA – Bom dia. Bom dia à Mesa. Bom dia aos presentes. Eu sou Maria Angélica...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu estou tentando dizer que pode se manifestar ao final de cada fala. Okay. Maria Angélica.

A SRA. MARIA ANGÉLICA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos, a todas e a todes que estão nesse auditório. Está bonito de ver pela tela.

Sou Maria Angélica de Oliveira, estou aqui na região do Butantã. Estou Conselheira Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Cumprimento o meu colega que acabou de falar. Como ele falou, são 20 anos lutando por garantia de direitos e aí embute todos esses Conselhos: Conselhos Tutelares e todas as temáticas que a Soninha falou e, me permita, Secretária, falar Soninha, porque a gente já tem longa data de articulação. Que a função dos direitos humanos é articular as ações, as coordenações, tudo isso aí.

E quero cumprimentar o colega da Secretaria, que não veio, mas mandou o técnico para responder. E vendo toda essa gama de dotações que aparecem, percebe-se a falta de importância de política pública estruturante neste município, em duas pastas que são totalmente importantes para as populações, para as periferias, para as pessoas que lutam por dotação orçamentária.

Como Conselheira Municipal de Segurança Alimentar, eu queria trazer um questionamento em relação aos mais de 190 milhões ligados ao fundo que vai custear as políticas públicas de SAN, que é o decreto de Prefeito em junho de 2022 e que deixa ainda muito para o desenho, para o conjunto de conselheiros acompanhar essa política: aquisição, produção de alimentos.

A cidade ainda precisa de política pública constante e total em relação ao Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo, um decreto que fala de um programa que embute, além dos alimentos, o que é muito louvável, mas que traz outras coisas junto e outros programas que estão em outras pastas.

Então, como conselheira de segurança alimentar, a gente também quer cobrar a dotação orçamentária legítima, legal e apontada para o Fundo de Abastecimento. Que seja efetivamente considerado que o Fundo de Combate à Fome... A fome não cessou em São Paulo, só aumenta com o desemprego. Então eu quero trazer que é ridícula a dotação de mil reais para um fundo tão importante que é o Fundo de Combate à Fome e Segurança Alimentar de São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Maria Angélica.

Presencial, Stephanie Felício.

A SRA. STEPHANIE FELÍCIO DA SILVA – Bom dia. Eu sou Stephanie, sou conselheira do Conselho de Juventude do Município, ocupo a cadeira de juventude negra pela Uneafro Brasil, e hoje estou aqui junto com o projeto Mude com Elas, porque no mês de setembro a gente fez um encontro para vida digna aqui nesse salão nobre, onde a gente, na mesma data, logo após o encontro, também protocolou um pedido de instalação de subcomissão de juventude dentro da Comissão de Finanças e Orçamento, para que a gente consiga discutir as nossas pautas de fato. Não que a gente precise ir na de saúde, que a gente não vê políticas para a juventude de fato. A gente não precisa ir na cultura. Enfim, que a gente tenha uma subcomissão

de juventude dentro da Comissão de Orçamento, já que é o orçamento que direciona qualquer outra coisa que a gente necessite.

Gostaria de pedir também para a Secretaria de Direitos Humanos que convide o conselho para participar de algumas decisões, de algumas construções, não apenas quando já está tudo resolvido e só chamar a gente para participar, marcar presença. Não, a gente quer participar nas construções também, já que existe o conselho de juventude para isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

De forma *on-line*, Vera Lúcia Felizardo. Vera nos ouve? (Pausa) Nós é que não ouvimos. Quer aguardar um pouco? (Pausa) Se der certo aí, volte, por favor, pode nos chamar.

Vamos seguindo. Patrícia da Silva. (Pausa) Joyce Lima Ferreira. (Pausa) Agnaldo Vieira dos Santos. (Pausa) Última inscrita *on-line*, Isabele Carvalho. (Pausa)

Vera, se conseguir achar alguma forma aí... Se desligar a câmera não ajuda? Eu não sou muito bom nessa coisa, mas alguém fala que às vezes desligando ajuda. Não sei se... (Pausa) Isso, sai e volta. Já saiu, mas assim que ela estiver, está garantida a palavra.

Voltamos à forma presencial. Glória Orlando, em seguida Ana Paula. (Pausa)

A SRA. GLÓRIA ORLANDO – Bom dia.

Meu nome é Glória, sou moradora e trabalhadora de Guaianases, de um Serviço de Proteção Básica.

Começo minha fala lamentando a ausência do Secretário Carlos Bezerra, porque de onde eu venho a gente é ensinado a receber as nossas visitas muito bem, não anulando a apresentação do Matheus Martinez.

Quero começar a fala, já que a gente está falando de orçamento, apresentando um pouco o levantamento sobre a grana da nossa cidade. A cidade de São Paulo é uma das poucas cidades em que a receita tributária própria de impostos, taxas e contribuições de melhoria é superior às demais receitas, especialmente das transferências da União e do Estado; a quarta cidade mais rica da América Latina, segunda a Agência Poder 360.

Em setembro houve aqui, como disse a garota da Comissão da Juventude da Uneafro, uma audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento para discutir a situação financeira da Capital no segundo quadrimestre, que o Exmo. Jair Tatto presidiu. Nessa reunião de Comissão a gente teve o levantamento de que a dívida com a União sobre o Campo de Marte foi cancelada, o que enriqueceu e encheu bastante o cofre da nossa cidade.

A alteração com a reforma da previdência também ajudou a encher o cofre. Também surtiu efeito a arrecadação da receita patrimonial, que chegou a 254%. Concessões com o Serviço Funerário foram calculadas em 600 milhões, mais do que a Proteção Básica vai receber em 2023, segundo a projeção do querido Matheus Martinez.

Outra coisa que também quero deixar aqui é sobre o Decreto 59.083, de 2019, que institui ações integradas entre escola e a Proteção Básica. Matheus Martinez, a gente não assinou contrato, a gente não assinou parceria com a Secretaria Municipal de Educação. A gente assinou parceria com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. A gente tem uma norma técnica, uma tipificação a ser seguida, defendida pelo SUAS com muita luta popular.

Márcia, “tamo junta”.

A gente trabalha com a gestão integrada com serviços da Rede Socioassistencial. A gente não quer ser escola de reforço. A gente não quer ser puxadinho da escola, Márcia. Eu sou professora também, trabalhei durante anos na educação pública, defendendo educação pública de qualidade, mas o serviço da Proteção Básica não é um puxadinho da escola. (Palmas)

O Serviço de Proteção Básica tem uma tipificação a ser seguida, uma norma técnica a ser seguida. Ela faz parceria com os serviços da Rede Socioassistencial. A escola, infelizmente, não dá conta disso. A gente faz encaminhamentos, a gente atende população em alta vulnerabilidade. Eu falo da periferia onde falta política pública, onde sobre miséria, onde falta saneamento básico, onde sobra alta vulnerabilidade. É esse papel que o Serviço de Proteção Básica faz.

A gente não vai preencher o Sistema EOL. E se a gente não preencher, o nosso repasse vai ficar bloqueado? Quando que a gente aprovou isso? Quando que a gente assinou algum papel em que a gente fazia um acordo com a Secretaria Municipal de Educação? A gente tem um porquê de existir e um porquê de ser Proteção Básica. A gente não vai aceitar esse decreto. A gente exige que o Prefeito Ricardo Nunes derrube o Decreto 59.083, de 2019.

Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Dr. Sidney Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Sidney Cruz) – A próxima inscrita, Ana Paula, tem a palavra por três minutos.

A SRA. ANA PAULA – Bom dia.

Acho que entre tantas pautas importantes que nós temos hoje, o que eu gostaria de focar é sobre a transferência dos CDCMs da Secretaria de Assistência para a pasta de Direitos Humanos. Isso vem nos preocupando porque, segundo o Plano de Metas, vai haver essa transferência dos CDCMs. Hoje nós temos 15 CDCMs na cidade de São Paulo, alocados nas regiões, principalmente nas periferias de São Paulo, e esses CDCMs vão ser alocados para a pasta de Direitos Humanos.

Isso tem nos preocupado bastante, Soninha, porque a gente não viu isso sendo exposto na apresentação. Vai haver orçamento para transferência desse serviço? Como vamos ficar? Nós somos trabalhadores da Assistência, os CDCMs, e alguns CDCMs já existem há mais de vinte anos. E como vai ser essa transferência? Essa é a nossa grande preocupação, principalmente se vai haver orçamento suficiente para manter todos os CDCMs, que ainda não são suficientes para a região.

Esses CDCMs estão descentralizados na cidade de São Paulo e a nossa preocupação é que eles possam ser regionalizados, porque as mulheres têm grande dificuldade de acessar esses serviços no seu próprio território. Então, pensando, se houver uma Casa da Mulher Brasileira, uma Casa da Mulher na Cidade, na Leste, na Oeste, na Sul, como essas mulheres do extremo vão chegar nesses serviços?

Então a nossa preocupação é a garantia desses trabalhadores, do funcionamento, da manutenção desses serviços e dessas trabalhadoras que estão atuando hoje. Então o que eu gostaria de firmar e entender melhor é como vai haver essa transferência, e que a gente seja chamada para dialogar e estar junto, porque não é um problema estar em Direito Humanos, o problema é o serviço fechar e não atender as mulheres com qualidade, que hoje já é tão difícil, imaginem sem ter orçamento para isso.

É isso. Obrigada. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Samira Ramia, depois a Tallis Bastos de Jesus.

A SRA. SAMIA RAMIA – Bom dia. Eu sou a Samira, sou advogada da CDCM Casa Anastácia, que é um serviço que assiste mulheres em situação de violência doméstica e familiar na Cidade Tiradentes, na zona Leste. A gente faz parte da Rede Leste de Enfrentamento à Violência.

Hoje eu queria reforçar a importância do reajuste, do aumento do auxílio aluguel para essas mulheres que, além da violência física, psicológica, sexual, também são vítimas da violência patrimonial e precisam desse incentivo para quebrar esse ciclo de violência, para sair do lar desse agressor, para sair desse ciclo de violência.

Atualmente, a dotação orçamentária para 2023 é de apenas mil reais. Isso é um absurdo. A vida dessa mulher, a segurança dessa mulher é de responsabilidade de todos nós, mas principalmente de responsabilidade estatal, responsabilidade pública. Então a gente precisa da prestação continuada desse auxílio e de um aumento, de um reajuste urgente, porque a vida das nossas mulheres está em risco.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tallis Bastos de Jesus, depois a Kelly.

A SRA. TALLIS BASTOS DE JESUS – Primeiramente, bom dia a todas, todes e todos. Eu sou Tallis, também trabalhadora do CDCM da Casa Anastácia e estou aqui para reforçar tanto a fala da Ana quanto a fala da Samira com relação a essas problemáticas que nós

de alguma maneira vislumbramos com relação à transferência que está proposta no Plano de Metas.

A transferência vai trazer, se não me engano, a Meta 18. Ela fala sobre o aumento em 50% do número de atendimentos e por conta disso que fala da transferência. Só que isso nos preocupa muito, tanto porque estamos ali atendendo diretamente e já entendemos as problemáticas do dia a dia, por isso que solicitamos a nossa participação para a construção, e principalmente porque hoje nós entendemos não só com relação à questão do auxílio-aluguel, mas com relação a outras políticas públicas que foram criadas pensando no enfrentamento à situação de violência doméstica familiar, o quanto elas ainda não acontecem de uma maneira efetiva.

Quando a gente pensa, por exemplo, na questão do auxílio-aluguel, a gente está falando de um valor de repasse. Claro, falamos da questão de um auxílio de 400 reais mensais. E aí a gente pensa realmente quanto que vale, quanto que a gente paga no valor de um aluguel num lugar onde haja dignidade? Porque hoje a gente está falando, quando a gente trabalha, por exemplo, projeto de vida com essas mulheres, a gente já tem diversos atravessamentos sociais que a gente também precisa falar e que precisa integrar as políticas de educação, porque combate à violência não é só pensar no atendimento a essas mulheres, mas efetivar essa construção, essa desconstrução, melhor dizendo, social que é tão importante.

Então se a gente está dizendo que para essa mulher romper com a situação de violência ela precisa acessar a dignidade, um auxílio de 400 reais não é dignidade. Quando a gente olha para essa questão do recorte que mulher é essa, onde ela está, o que ela vai conseguir acessar, o que ela já passou, será que ela precisa realmente de um auxílio? Será que esse realmente tem sido efetivo, um auxílio? Porque o que ela alcança? Um lugar dentro de uma comunidade, não desmerecendo as comunidades, porque também vim de comunidade, mas ela alcança um lugar dentro da comunidade sem saneamento básico, onde a patrulha às vezes não chega, que também é uma outra problemática, que hoje a gente tem uma patrulha que é

regionalizada e que não alcança o número de situações que a gente precisaria alcançar. E ela está nessa região, nesse recorte.

Então como é que a gente vai falar de tornar essa rota crítica para o rompimento da situação de violência sem dizer o que é que vai acontecer com os CDCMs, o que é que vai acontecer com esse orçamento, o que é que está garantido para que a gente efetive e para que a gente construa uma cidade onde a gente minimize o básico possível para o próximo ano, vamos colocar assim, com relação ao enfrentamento à mulher.

Então a gente na verdade está aqui hoje buscando respostas e se disponibilizando a uma construção conjunta, porque entendo que é assim que a gente faz. Quando a gente fala de um problema social, todo e qualquer problema social, só se constroem soluções a partir do levantamento também social.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Tallis.

Kelly, depois a Maria Fernanda.

A SRA. KELLY – Bom dia, gente.

Meu nome é Kelly. Eu vou fazer coro às minhas companheiras de longa data. A gente acompanha já há muito tempo a rede de enfrentamento às mulheres em situação de violência na Cidade e muitas vezes esse é um... No que diz respeito ao orçamento para as mulheres, isso fico muito apagado embora seja muito importante.

Acho que a primeira coisa a destacar em relação ao orçamento, acho que o Júlio falou isso rapidamente, é a dificuldade que é rastrear o orçamento ou localizar o orçamento para as mulheres, considerando duas pastas e considerando que há dificuldade desse recorte de gênero e raça, então isso dificulta demais.

Mas eu queria, junto com elas, fazer dois destaques e na verdade colocar questões aqui para que a gente pudesse responder. Acho que são questões históricas que não estão aqui desde hoje. Um primeiro ponto é em relação à transferência dos serviços, que dessa vez aparece

no Plano de Metas, então a transferência de CDCMs para a pasta de Direitos Humanos, o Serviço de Acolhimento para a pasta de Assistência.

E acho que existe uma preocupação histórica e legítima da rede das trabalhadoras, do movimento de mulheres, sobre a transferência desses serviços, já prevista no Plano de Metas, como a gente comentou aqui.

Mas a nossa dúvida é: no universo desse orçamento, das pastas destinadas às mulheres, no Plano de 2023, será que o orçamento de transferência está materializado? Considerando o funcionamento, a continuidade e a ampliação de todos esses serviços, a qualidade do serviço dispensado às mulheres atendidas e, principalmente, a manutenção dos empregos, ou seja, a manutenção das trabalhadoras.

Existe algum plano de transferência desses serviços sendo debatido com a sociedade civil? Enfim, a gente coloca um pouco em dúvida sobre essa viabilidade, quando olhamos para o universo de orçamento.

Por último, não menos relevante, acho importantíssimo destacar isso aqui. Historicamente, a luta das mulheres no combate à violência doméstica também está muito vinculada às políticas de habitação, aos programas de auxílio aluguel que garantam que as mulheres saiam do ciclo de violência.

Há pouquíssimo tempo conseguimos essa conquista que é um programa. Embora o aluguel esteja bastante defasado, considerando os valores que a nossa colega já comentou, mas a gente percebeu que o valor orçado, assim como no ano passado, foi de apenas mil reais.

Essa medida gera bastante insegurança nas trabalhadoras, nas mulheres atendidas, sobre a continuidade desse programa. No ano passado, foi suplementado em, mais ou menos, quatro milhões.

A nossa pergunta gira em torno de que mais uma vez, no plano do orçamento de 2023, esse valor se repete. A nossa preocupação por conta das trabalhadoras e das atendidas é sobre a descontinuidade desse auxílio, sem o mínimo de planejamento vinculada a uma política de habitação.

Como a Tallis disse, isso violenta diretamente as mulheres, violenta institucionalmente, inclusive, por um Estado que deve proteger e não causar angústias e medos.

Acho que a gente teria muitos outros pontos para discutir nessa esfera, mas a gente fez questão de destacar esses dois que, para nós, representa bastante dentro desse universo, sobretudo nesta audiência pública.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Kelly.

Tem a palavra a Sra. Maria Fernanda, em seguida a Sra. Gabriela Ramos.

A SRA. MARIA FERNANDA – Bom dia a todos, todas e todes.

Quero começar a minha fala dizendo que não existem políticas públicas sem dados, sem participação social, sem o movimento negro também. (Palmas) É fundamental que haja isso.

Eu vou seguir o código, na verdade, atualmente eu sou uma trabalhadora terceirizada, trabalho no CDCM, Casa Viviane dos Santos. A gente entende que por trabalharmos em localidades onde se encontram mulheres que, de alguma forma, estão em extrema vulnerabilidade social, essas mulheres que estão na base, muitas vezes, elas não conseguem chegar aqui, nós acabamos sendo as suas representantes também.

O que se faz com R\$ 400,00 que é o valor do auxílio aluguel que essas mulheres recebem? O que se faz com R\$ 400,00? Onde se mora numa moradia digna com R\$ 400,00? Isso é possível? A gente sabe que não é possível. Desde 2016, não há aumento. Essas mulheres continuam recebendo o mesmo valor.

Tem mais uma questão que, de alguma forma, elas acabam trazendo também que não é uma política pública, é um auxílio aluguel. Quanto tempo vai levar? Até o término da pandemia? Quanto tempo?

Outra questão se falou, acho que foi a Secretária Soninha, eu queria de uma forma também trazer, essa questão da transferência da pasta, realmente.

Falou-se da Casa da Mulher Brasileira, mas não se falou da transferência da pasta do CDCM, para os Direitos Humanos. É importante até mesmo para sabermos o que falar de

política para as mulheres, falar sobre violência doméstica, obviamente, é também falar da proteção de direitos humanos dessas mulheres que estão em vulnerabilidade.

O quanto todas essas violências, seja psicológica, verbal, moral, quanto à violência patrimonial também, estão muito ali. Muitas vezes essas mulheres não conseguem acessar... quando falo do acesso, por ser demorado, mesmo, em tese, entrar com o processo de divórcio. Muitas vezes essa mesma mulher tem de passar por todo esse processo. Onde essa mulher vai se está em situação de perigo?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay.

A SRA. MARIA FERNANDA – É necessário, realmente, pautar por isso. Não se faz política pública sem participação social. Mais uma vez, é fundamental, chamar a sociedade civil para dialogar sobre a questão da transferência das pastas.

Obrigada. (Palmas)

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Qual o seu país, Maria Fernanda? Qual a sua origem?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Angolana. Tem a palavra a Sra. Gabriela Ramos. A Soninha acertou na mosca. Em seguida, a Sra. Regina Paixão.

A SRA. GABRIELA RAMOS – Bom dia todes.

Meu nome é Gabriela, sou trabalhadora da Casa Viviane dos Santos, na região de Guaianazes.

Estou aqui para fazer um coral de mulheres que estão no enfrentamento, na luta do combate à violência doméstica, para reforçar sobre o reajuste e o aumento do aluguel social. Corroborando com todas as falas das minhas colegas, falando de mulheres, majoritariamente, pretas, periféricas, que vivem em situação de violência doméstica e que não podem romper esse ciclo, porque moram na casa do agressor.

Muitas vezes a gente tem esse benefício, esse auxílio vetado, porque essa mulher ainda mora com o agressor e a gente fica com o questionamento, se ela não tem essa verba para onde que ela vai? A gente tem de fazer outros percursos para essa mulher que, às vezes, não tem rede para que ela possa dar os seus arranjos, ter os acordos que a periferia muitas vezes oferece. Qual é o aluguel que a gente paga com R\$ 400,00? Ela faz um acordo com a sua rede, mas se ela não tiver rede, o que ela faz?

A gente está aí neste questionamento perguntando qual vai ser o reajuste desse benefício e quando ele vai se tornar uma política pública da habitação. A gente quer deixar esclarecido que até hoje isso não é uma política habitacional, mas se converse com a Secretaria de Habitação e com a SMADS que se torne uma política para as mulheres. Pedimos que esse aumento seja reavaliado, pensando que a violência patrimonial, hoje, é o maior índice de mortes de mulheres que sofrem violência doméstica, por conta da falta de acesso de estarem em outros espaços.

Diante disso, mesmo com a escassez, nós, que atendemos essas mulheres diariamente, vemos avanços muito significativos de mulheres que, com pouco, conseguem emancipação de um espaço de sobrevivência. A importância disso com pouco já tem grande valia, imagine se tivermos um valor digno.

Estou aqui para reforçar, para falar da importância de que vire uma política pública, que vire, de fato, um olhar sobre as mulheres que precisam ser vistas, ouvidas e estarem vivas. Para estarem vivas, a gente precisa de política que converse, que dialogue com esse tema.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Gabriela.

Tem a palavra a Sra. Regina Paixão, que deixa aqui um manifesto.

Depois vem o Sr. Alan Carvalho.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Bom dia a todos, todas e todes. Eu disse que quando eu crescer quero ser igual ao Fabio, que falou antes de nós, sobre o orçamento. Fabio, vou te

contar, aqui são trabalhadoras, trabalhadores, usuários da Assistência Social, conselheiros tutelares, a galera trouxe cartaz. Estão com o cartaz aí ainda?

- Manifestação do público.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Vários. Vários usuários também e a gente está aqui resistindo.

Estamos falando de territórios que vivem uma precarização lascada de direitos humanos básicos, de política pública básica. Aí, há uma questão que acho que é isso, essa humilhação para garantir um direito que está colocado. O SUS é um direito da população e todo ano temos de vir aqui vivenciar esta humilhação coletiva, de dizer como é que vão ficar essas 370 Organizações Sociais, que executam esses mais de 1.200 serviços na cidade de São Paulo. Como é que vamos pagar essa conta, de dissídio de 12% para trabalhador, de insalubridade de 20% para toda a proteção especial? Quem vai pagar essa conta de 20% de insalubridade para a proteção especial?

Então, estamos correndo o risco de fechar serviço. Na verdade, não estamos correndo um risco. Já há muitas organizações que entregaram o serviço. Então, estamos em um limbo tão gigante, que a minha pergunta para o Matheus, que veio aqui representar o Carlos Bezerra, é: está previsto o reajuste para o ano que vem? Como é que vamos cobrir este semestre, agora? Temos de pagar. De julho para cá, temos de garantir esse repasse. É uma lei. A convenção tem poder de lei. Como é que vamos pagar esse dissídio para os trabalhadores, a insalubridade, o seguro de vida? Como é que essas organizações vão sustentar esses trabalhos sociais tão necessários nas quebradas, sem esse compromisso da Secretaria? Então, é uma vergonha esse limbo que vivenciamos diariamente nos serviços da proteção especial, da proteção básica, lidando com todas as demandas que temos de lidar nesses territórios.

Acho que há outra coisa que também precisamos comentar. Quando olhamos para o termo de parceria, falamos: como é que vamos garantir a alimentação para as trabalhadoras? De onde vai sair o recurso da alimentação? Serviço que oferece alimentação pode garantir alimentação – e os serviços que não têm alimentação fazem como? Nas últimas audiências,

temos colocado o vale-refeição. Não passa. Somos reprovados na proposta. Então, é uma vergonha. Precisamos da Secretaria aqui, para dialogar conosco, para construir efetivamente essa política pública tão necessária para a cidade de São Paulo.

Gente, eu tinha mais coisas, mas é isso.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Eu havia chamado os Srs.: Mestre Palito, Neia, Júlia, Joice e Maria Nazareth. Vamos, Mestre.

O SR. RENATO MANOEL DE SOUZA (Contramestre Palito) – Bom dia a todos e a todas.

Sou o Contramestre Palito. Vim falar em nome do Fórum Municipal da Capoeira. Cumprimento os Vereadores, todos os munícipes e todos os trabalhadores da assistência social que estão presentes.

Somos capoeiristas que trabalham na rede de sócio assistência social e temos visto nos últimos anos a violência contra o nosso povo, executada pela Prefeitura, quando não investe na periferia por meio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e a Secretaria dos Direitos Humanos, Secretarias que não se conversam de maneira inteligente, para alcançar e promover a emancipação do nosso povo, que é preto, nas bordas desta cidade. É inadmissível deixarem o aumento do (ininteligível) por conta das instituições. Essa estratégia é perversa. É uma jogada que prejudica principalmente a população atendida: crianças, adolescentes, jovens, pessoas em situação de rua, mulheres e homens, pais, mães, que buscam dignidade, sem falar dos trabalhadores e servidores conveniados, que estão sem aumento real de seus salários há mais de três anos.

Quantos pretos e pretas, LGBTQIA+, morrem de frio e fome nas ruas desta cidade? Por que a fila do CRAS não anda? Como nossas crianças terão plenitude em seus direitos, se a pasta ignora a alta complexidade que têm todos os serviços de assistência? Resumindo, quantos de nossos adolescentes e jovens pretos serão presos e morrerão pela falta de oportunidade? Pais, mães, trabalhadores, instituições, nas quebradas, adoeceram ao ponto de sucumbirem.

Finalizo minha fala em nome da Dona Vera, Mestre Moa do Katendê e tantas outras lideranças, que lutaram em nossas comunidades para que chegasse esse orçamento à margem da nossa cidade. Exigimos 3% do orçamento da cidade de São Paulo para as Secretarias dos Direitos Humanos e da Assistência Social.

É isso. Estamos juntos. *Ubuntu, axé!* (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sr. Palito.

Sra. Neia? Depois, será a Sra. Júlia Lima.

A SRA. NEIA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia à Mesa. Bom dia aos Vereadores Jair Tatto e Dr. Sidney Cruz, à Secretária Soninha e a todos os que estão aqui hoje.

Todo ano é a mesma novela mexicana. Já chega, não é, gente? Ficamos consternados quando pegamos um orçamento da assistência – e ainda jogando serviço para a Secretaria de Direitos Humanos, que tem, basicamente, no seu orçamento, ali, 147 milhões, mais 53 dos conselhos tutelares. Então, ficam 97 milhões, ali. Ela tem um bilhão e 600 milhões, ali, jogando a responsabilidade para outros.

Ele trouxe aqui: “Onde estão os CRASs? Onde estão os CREAs? Onde está a fila? Por que é que não para?” Esse serviço, gente, pasme: está atendendo via 156. Nós temos mulheres vítimas de violência que estão esperando 40 dias na fila para serem atendidas no CRAS. A pandemia, aquele momento pandêmico, já se encerrou. Então, o atendimento tem de ser presencial. Onde está a demanda espontânea? Vamos a esses serviços e não há demanda, ali. Não há ninguém ali. É tudo pelo 156. O 156 é um sistema frio. Nós temos de atender a população de olho a olho e saber da sua necessidade. Então, temos de parar com isso.

Uma coisa absurda, a vergonha, é que, quando vemos onde estão os serviços, onde estão os CREAs, vemos que aumenta a questão da proteção social especial. Porque você não tem a básica, você vai ter de aumentar a especial, mas onde estão os CREAs? Ainda, nós estamos falando, desde 2013 ou 2014, por aí, de 36 CREAs nesta cidade. É um absurdo. É uma coisa que aumenta a cada momento essa questão de violência e de violação de direitos contra a criança e o adolescente, contra a população toda. Nós ainda temos 36. Temos regiões em que

nós nem temos CREAs. É dividido com o CREAs de outra região. Isso é um absurdo. Com esses 32 milhões, poderia vir alguma coisa para esse serviço, que falta na cidade de São Paulo.

Outra coisa a se pensar é: onde estão os serviços 24 horas para crianças e adolescentes em situação de rua nesta cidade? Onde estão? Vão deixar os conselheiros tutelares? (Palmas) Vão deixar os conselheiros tutelares trabalhando 24 horas, executando uma política que não tem condições? Diante do aumento significativo de violência e violação contra os direitos de crianças e adolescentes, nós não temos serviço funcionando nas 24 horas. Tudo tem de passar por esse 156, que não funciona. Ele não funciona. (Palmas)

Outra coisa: é impossível pensarmos em um orçamento, na época de pandemia, que era de um bilhão e 800, e, depois que acaba aquele momento, em que estava todo mundo isolado, nós temos o orçamento de um bilhão e 600. Quer dizer, agora é que as coisas estão aparecendo. É agora que nós temos crianças e adolescentes nas escolas se automutilando, sendo vítimas de tudo quanto é tipo de violência e violação. Onde está o serviço funcionando nesta cidade? É uma vergonha, gente. Quem está lá, na ponta, somos nós, sabendo como estamos sofrendo, e eu acredito que muitos serviços, aqui, também estão sofrendo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

A SRA. NEIA – Só um minutinho, Vereador Jair Tatto. Agora, eu tenho de falar da...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não.

A SRA. NEIA – Eu vou falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, não.

A SRA. NEIA – Meu amor, não, calma...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não, não.

A SRA. NEIA – Calma, calma...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Já foram cinco minutos.

A SRA. NEIA – Não, eu tenho duas pautas, porque eu estou falando para a assistência...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não tem nada de um minuto, não.

A SRA. NEIA – Não, eu preciso falar do...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Enquanto eu estiver aqui, coordeno eu. Conclua, por gentileza.

A SRA. NEIA – Então, espere aí. Vereador, eu já vou concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A senhora chame aplausos contra as políticas públicas, e não contra o Presidente, *okay?*

A SRA. NEIA – Eu não estou chamando nada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Combinado. Por favor, conclua.

A SRA. NEIA – Calma, então. Agora, então, é para a Secretária Soninha.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, conclua, por favor.

A SRA. NEIA – Eu já vou concluir. Oi? Espere aí. Eu tenho duas pautas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Conclua, por favor.

A SRA. NEIA – Calma, Vereador Jair Tatto... Deixe-me perguntar duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quando a senhora concluir, eu me acalmo.

A SRA. NEIA – Está bem. A estrutura dos conselhos tutelares, Soninha... Se está previsto um reajuste de 400 reais, conforme o artigo 10, § 8º, da Lei 17.827, de 2022, reajuste da inflação do ano anterior, possibilidade de aumento do vale-alimentação, como foi colocado, lá atrás, pelo próprio Secretário da Casa Civil... Precisamos entender que a nossa Lei 17.827, de 2022, em seu artigo 9º, traz que a Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotações específicas. O que não conseguimos enxergar dentro desse orçamento que vocês colocaram é onde estão as rubricas das despesas com os conselhos tutelares. Nós estamos falando de 53 milhões, um aumento de 16 milhões, do ano passado para cá.

Onde está, também, a questão do processo de escolha e da formação continuada para os conselhos tutelares?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Sra. Júlia Lima é a próxima inscrita.

Obrigado, Sra. Neia. (Palmas) Depois, será a Sra. Joice Cristina.

A SRA. JÚLIA LIMA – Bom dia, pessoal. Meu nome é Júlia. Estou na assessoria do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy. Então, eu vim a pedido do Vereador.

Lamento a ausência do Secretário Bezerra. Valorizo a presença da Secretária Soninha, que está sempre presente nas audiências públicas.

Início com a assistência social. Felizmente, está aumentando o orçamento da assistência social, mas me chamaram a atenção alguns pontos que diminuíram, que tiveram uma redução grande, começando com benefícios eventuais. Teve uma redução de quase 30%. Então, o que está proposto para 2023, para benefícios eventuais, está na ordem de 17 milhões, mas até setembro deste ano foram empenhados quase 22 milhões. Então, o que está previsto para o ano que vem está muito inferior ao que já foi empenhado até setembro.

Isso também aconteceu em ações de pronto atendimento socioassistencial e na manutenção e operação de serviços da assistência social, com redução de 38% e 22%, respectivamente, sendo que, em ambos, assim como no outro, também houve recursos empenhados superiores ao que está previsto para o ano que vem.

Além disso, reforço o pedido sobre a previsão de novos serviços, como CRASs e CREAs, que não foram detalhados pelo Matheus. São extremamente importantes. O que vemos na rede da SMADS é o aumento da Rede Parceirizada. Veem-se muitos serviços parceirizados, mas não aumenta o número de servidores gestores de parcerias. Então, esses gestores ficam sobrecarregados e há uma queda da qualidade dos serviços por conta disso. (Palmas) Então, fica aqui o apelo, também, para prever novos servidores para a SMADS, para conseguir fazer um trabalho de mais qualidade.

Outro ponto que vemos é um aumento no orçamento para a manutenção e operação de equipamentos para PopRua. Está em 500 milhões. É ótimo ter orçamento para a PopRua? É, mas ele está sendo bem gasto? Não. Vou trazer aqui o exemplo da rede hoteleira. Desde que começou a pandemia, houve parcerias com a rede hoteleira, para acolher a população em situação de rua. Vocês sabem qual é o custo dessa rede hoteleira, da PopRua? Chega a ser de R\$ 4.500,00, por pessoa, ao mês. Se considerarmos que há hotéis para famílias, um quarto com

uma família de quatro pessoas chega a custar 19 mil reais por mês. Pergunta para a família se prefere receber o dinheiro na mão ou ter um custo de 19 mil no hotel. O hotel é de qualidade? Hotel social não é moradia. (Palmas) O custo do quarto do hotel chega a 19 mil reais por mês. Então, a proposta que eu trago, em relação ao Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy: por que investir em hotéis, dando dinheiro para a rede hoteleira, e não melhorar o Renda Mínima, fazendo uma transição para uma renda básica de cidadania, dando o dinheiro para o povo, na mão do povo? (Palmas)

Eu vou ser breve, só em relação a direitos humanos, Presidente.

Secretário, vi, então, pelo seu comentário, que o orçamento de direitos humanos acabou sendo maior para 2023, considerando o Fundo de Combate à Fome, mas não foi possível fazer uma análise do custo real das ações, por exemplo, para a população em situação de rua, se fosse retirar essa parte do combate à fome, que é principalmente a Rede Cozinha Cidadã.

Então, quero saber se estão previstas para 2023 algumas ações específicas para a população em situação de rua – nas melhorias dos equipamentos públicos, por exemplo, como o Recifran. O Sefras nos procurou para melhorar o Recifran. Vocês têm, também, a ação Vidas no Centro, que é uma ação emergencial. Está prevista ou não a proposta de banheiros e lavanderias permanentes?

Quanto ao Auxílio Reencontro, que foi aprovado nesta Casa, foi feito um apelo para que o dinheiro vá para a população em situação de rua, e não para quem acolher a população em situação de rua. Então, quero saber em que pé que está a questão do auxílio, se vai o recurso para a PopRua – e, se sim, qual será o valor desse auxílio.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Vamos lá. Sra. Joice? Depois, será a Dona Maria Nazareth e eu vou pedir uma exceção, que é alguém que vai representar uma luta histórica, aí, que já está passando do tempo, que é da reabertura do Circo Escola, lá, da São Remo. Há a necessidade de que haja uma resposta já.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não. Onde está a Sra. Joice? Pois não.

A SRA. JOICE CRISTINA – Bom dia a todos. Eu sou Joice. Sou trabalhadora da rede de assistência. Trabalho no CDCM Casa Anastácia e o que eu queria trazer são umas questões que já foram colocadas sobre o dissídio, a insalubridade e o reajuste do repasse.

Não há como cumprirmos o que foi colocado lá, na portaria, que é arcar com essas despesas, sem que haja impacto na qualidade do serviço. Nós precisamos do reajuste no valor do repasse. Não há como mexer no fundo provisionado, como foi autorizado, porque isso é o que garante os nossos direitos trabalhistas. (Palmas) Precisamos trabalhar com a certeza de que o nosso serviço, daqui a um mês ou dois meses, não vai fechar. Precisamos garantir a qualidade do serviço, garantir o serviço dessas trabalhadoras, que fazem o serviço na rede de assistência, atendendo as mulheres que sofrem de violência doméstica e familiar. Então, não há como cumprir o que foi estabelecido pelo sindicato, sem o reajuste no valor do repasse.

Pedimos que a Secretaria, a SMADS, se posicione e faça o que tem de ser feito, porque as trabalhadoras precisam desse valor. Nós precisamos. É digno, é de direito e é nosso.

É isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Dona Maria Nazareth?

A SRA. MARIA NAZARETH – A cidade de São Paulo é uma das cidades mais ricas. No entanto, é a cidade mais desigual e mais injusta, lamentavelmente; e, com a pandemia, a injustiça e a desigualdade se agravaram de forma bastante severa, de modo particular nas periferias da cidade. Então, é importante que a gente entenda isso. Nós já entendemos, mas é importante que a gente fale isso de novo, porque parece que, na hora de discutir o orçamento, essa ideia de desigualdade e de injustiça desaparece, e a gente começa a tratar o orçamento como se a cidade, a nossa cidade fosse uma cidade igual e justa para todo mundo.

Eu tenho uma teoria desses milhões que estão aí em caixa; e a minha teoria - que a gente pode começar a estudar - está relacionada aos diversos fechamentos de serviços que ocorreram, na cidade, e que provavelmente esse recurso não foi remanejado, porque não é possível a gente sair de uma pandemia, com o agravamento da desigualdade e da injustiça, e a

gente fechar o ano com tantos bilhões em caixa. Isso diz muito sobre a gestão municipal, isso diz muito sobre a política implantada na nossa cidade.

Então, isso colocado, eu gostaria muito de me direcionar à Câmara Municipal, ao relator e ao Presidente da Comissão de Finanças. O orçamento não é mais só uma cifra ou não é apenas uma cifra. É uma decisão política da cidade sobre o seu povo, sobre a sua população, e infelizmente a nossa cidade está escolhendo politicamente desproteger a sua população. Isso é grave, é grave, porque ela vai investir em quê então? O Prefeito da cidade está tendo um olhar político extremamente perverso para a população, e nós não gostaríamos que os Vereadores também fizessem ou perpetuassem essa perversidade em relação a nossa população. É preciso que o orçamento seja corrigido aqui.

Por fim, a gente falou e citou rapidamente que não existe sistema único de assistência social sem CRASs e CREAs.

Há tempos, há tempos, Jair; há tempo, Sidney, que a gente tem denunciado e tem falado, nessa tribuna e em todos os espaços, que o SUAS, na cidade de São Paulo, caminha de forma irregular. É muito sério. Os CRASs não estão com a sua equipe de referência completa. O serviço é parceirizado na sua maior parte. Os centros de referência deixam de ser referência para a população porque estão sucateados, extremamente sucateados.

Então, a gente vem nessa luta contra essa perversidade. Então, eu conclamo à Câmara Municipal e aos Vereadores que ajustem o orçamento da assistência social e que façam opção política pela proteção social da nossa população.

Obrigada, Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Isabele Carvalho, *on-line*.

A SRA. ISABELE CARVALHO – Olá gente. Obrigada.

Sou trabalhadora de um Centro de Defesa e Convivência da Mulher, Casa Viviane dos Santos, na região do Lajeado. E falar sobre orçamento para políticas públicas para as mulheres é falar muito sobre escassez. Os serviços especializados funcionam hoje com repasse

orçamentário de menos de 40 mil reais mensais para atender acima da capacidade. São cerca de 150, 180 mulheres por mês. Esse valor é para conta dos salários das trabalhadoras, das despesas dos equipamentos e das atividades, e a falta de um orçamento adequado à política compromete sim o funcionamento e a prestação desse serviço, e deixa de atender a demandas muito básicas das mulheres.

Além disso, todos os anos, nós trabalhadoras terceirizadas, sofremos muito com as incertezas dos processos de dissídio. A gente tem enfrentado um problema gravíssimo nesse ano, sem saber se o município vai fazer o repasse desse aumento salarial ou se a gente vai ter que fazer malabarismo com as verbas do serviço, para dar conta dos salários das trabalhadoras. Isso é muito grave.

Hoje as mulheres que estão em situação de violência contam com um auxílio aluguel. Vou falar isso, vou reforçar, mais uma vez, como todas as minhas companheiras já fizeram: um benefício que tem o objetivo de fortalecer a mulher por rompimento da violência, mas a gente sabe que isso não é uma política pública racional. Esse valor é um valor irrisório. Na maioria dos casos, as mulheres têm que fazer também malabarismos, para complementar esse valor para custear um aluguel, uma moradia minimamente digna. É um valor que não sofre reajuste, que não considera o aumento da inflação, e é o mesmo valor ofertado pelo município já há cinco ou seis anos.

Há muitos pontos que a gente poderia ficar discutindo aqui sobre o orçamento destinado para as mulheres, mas, para resumir, considerando todo esse cenário de precarização que vem se aprofundando, ao longo dos anos, na política, é urgente que a cidade repense o repasse orçamentário que atenda adequadamente à demanda das usuárias. A gente precisa garantir o funcionamento pleno dos serviços, como ele está previsto nas políticas e que seja construído como as trabalhadoras.

Obrigada, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Leandro Lira, do movimento da reabertura do Circo Escola São

Rimo.

O SR. LEANDRO LIRA – Boa tarde a todos. Boa tarde às autoridades. Meu nome é Leandro Lira. Eu sou do Movimento pela Reabertura do Circo Escola da São Remo, o circo social, que é essa política pública que, há alguns anos, vem sofrendo aí com a diminuição do número de vagas e com a precarização também. É uma política pública que hoje infelizmente conta com apenas cinco equipamentos aqui, na cidade de São Paulo, tendo em vista que, desde 2020, a gente recebeu a péssima notícia lá, no nosso território do Rio Pequeno, de que o maior equipamento da assistência social seria fechado, com a perda das 460 vagas que atendiam a 300 crianças pelo Circo Social e mais 160 pessoas pelo Cedesp.

Até hoje, Presidente e relator, nós estamos nessa luta desse movimento, buscando reabrir esse equipamento que foi depredado, enfim, em função do abandono, do estado dessa política pública. Foi depredado e precisa passar por uma reforma. A gente conseguiu, com muito esforço dos Vereadores desta Casa, em diversas audiências, orçamento para que parte dessas reformas fossem realizadas, mas a gente não tem previsão orçamentária para o serviço do Circo Social, que está em torno de 1,6 milhão. Deixei um pedido e um apelo, na realidade, para que gente consiga botar uma pedra nessa história de uma vez por todas. São dois anos e meio de luta. São muitas audiências e muitos compromissos. Nós fomos a proposta mais votada, na nossa região, em 2020, no orçamento participativo. Nós conseguimos termo de cessão de uso, conseguimos emendas para reformas e, até hoje, a gente não conseguiu um único prego da SMADS, para que a gente conseguisse terminar essa reforma e dar sequência às atividades.

O Circo Social da São Remo é um equipamento histórico. Esse serviço está lá há mais de 30 anos. Atendeu a milhares, milhares de pessoas. Então, é necessário que a gente tenha resposta e que a gente consiga, de uma vez por todas, relator.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não houve a reforma lá do prédio então nesse ano?

O SR. LEANDRO LIRA – Houve uma reforma parcial, Presidente, parcial. Um único

bloco foi reformado. Vai ter início agora.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu me lembro que foi debatido muito, no ano passado, que, nesse ano, estava prometido a readequação.

O SR. LEANDRO LIRA – Exato, exatamente. Houve um parecer de viabilidade da própria SMADS, um pedido do Butantã, para que se reabrisse o equipamento. É um compromisso do próprio Secretário, para que se reabrisse esse serviço ainda, nesse ano, e infelizmente o circo, o picadeiro... Enfim, vão se iniciar as reformas do picadeiro, mas há o prédio administrativo, o prédio da turminha das crianças, há o prédio do Cedesp e há a quadra. Todas as áreas desses equipamentos precisam ser reformadas, para que haja início das atividades, e a gente precisa que esse edital que não existe mais hoje, no território, seja reaberto, que é do circo social.

Muito obrigado. (Palmas)

Peço apoio dos fóruns aqui presentes, para que a gente consiga.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Matheus Martinez Crepaldi.

O SR. MATHEUS MARTINEZ CREPALDI – Vamos lá. São muitas perguntas. Fiz um esforço de tentar anotar aqui a maior parte delas. Eu quero já fazer o primeiro destaque, de que as perguntas que a gente não conseguir ter os devidos dados técnicos e os aprofundamentos que são necessários, por conta da complexidade de algumas situações, nós vamos levar para o gabinete e nós vamos levar para a equipe técnica; e aí, como representante aqui da secretaria, comprometo-me a deixar meus contatos e também que a gente possa dar vasão para isso, tentando formalizar, de alguma forma, enfim, dando o retorno, que é importante para vocês.

Das que eu pude anotar aqui, eu vou falando, uma por uma, e a gente vai dialogando. Também saúdo todas as participações, todas as manifestações técnicas e políticas e contribuições.

Acredito e defendo a participação social. A gente acha que é muito importante saudar, na Câmara Municipal, que está cheia, num salão muito bonito de ver, essa democracia,

sendo fortalecida depois de algumas dificuldades que a gente tem enfrentado, principalmente no plano federal.

Com relação então ao convênio de 80 milhões, SMADS e Educação, em primeiro lugar, a secretaria reconhece e defende a importância e o papel fundamental da proteção social básica, principalmente do CCA, que é uma das principais vitrines, enquanto tipologia socioassistenciais, na perspectiva da oferta de todo trabalho socioassistencial e de convivência com as nossas crianças e os adolescentes.

Nesse sentido, a gente quer reforçar que nós também fazemos coro e não reconhecemos que o CCA vai ser puxadinho da educação, vai virar uma pequena escola e vai ter uma gambiarra. A CCA é política pública tipificada pela resolução do Conselho Nacional da Assistência Social, a resolução 109. Há toda uma tipificação e um regramento municipal. A gente segue obedecendo todas as diretrizes e indo de acordo com as legislações que orientam a partir da nossa portaria 46, da SMADS, de 2010.

Então, o que acontece com relação a esse convênio é que a gente tenha uma complementação de financiamento por parte da educação e, nesse sentido, esses recursos adicionais que chegam são bem-vindos. Se houver algum tipo de contrapartida, foi mencionado o Sistema EOL. Isso vai ser estudado, mas, a princípio, a importância, que é de uma articulação com a secretaria, é para complementação de financiamento e apoio, tendo em vista que a gente tem dotações e rubricas muito maiores para a política de educação. E, nesse sentido, é muito salutar quando a gente consegue estabelecer parcerias intersecretariais.

Com relação à meta 18, transferência de serviços de mulheres, nós temos planejado aqui, para 2018 - até para retomar - a ideia é que a gente faça a transferência dos serviços de convivência com os nossos CDCMs, Centros de Defesa e Convivência da Mulher, como tivemos uma série de representantes aí e que queremos saudar. Respeitamos e achamos deveras muito importantes. Nós vamos ter a transferência desse serviço, dessa tipologia da SMADS para Direitos Humanos e, em contrapartida, vai haver o recebimento dos serviços sigilosos e da casa de passagem, de Direitos Humanos para SMADS, nessa perspectiva da Proteção Especial de

Alta Complexidade e do acolhimento pela nossa secretaria.

Para o planejamento para 2023, há sete CDCMs. Até dezembro, vão ser transferidos para Direitos Humanos, e a gente vai receber um sigiloso e uma casa de passagem até julho de 2023. Isso é com relação a essa meta.

Com relação a reajuste e dissídio, a gente teve a portaria publicada, a de número 80, de 26 de outubro de 2022, que, de fato, autoriza o pagamento para despesas decorrentes do reajuste, convenção coletiva, dissídio enfim, no percentual de 12%.

No entanto, discussões maiores, para haver um aporte com relação a aumento de verbas de parceria, demanda uma discussão mais estrutural, em nível de Prefeitura, de gabinetes. É algo que a gente tem estudado, para ver o que é possível se fazer, mas é também importante ponderar que o orçamento é finito e a gente tem algumas limitações do ponto de vista de se dar essa *vasão*, a *pari passu*, do que seria interessante, que seria a demanda da sociedade com essa pauta por exemplo.

Com relação à implantação de mais equipamentos da rede direta, sobretudo, por agora, para proteção social especial, a gente reconhece que se a gente for seguir a legislação do SUAS, nós teríamos que ter uma quantidade gigantesca de CRASs e CREAs. Existe toda uma complexidade para a abertura de um único centro de referência a mais, por conta de RH, por conta de cargos e por conta de um financiamento, que tem que ter lastro orçamentário; mas, na medida de que a gente vai conseguindo ter conquistas, negociações e avanços, a gente consegue ter novidades para poder comunicar, para poder dialogar e construir.

Nessa perspectiva, nós temos a abertura do CREAS, Centro Referência Especializada em Assistência Social da Lapa e de Parelheiros, programado para 2023. Então, essas aberturas vão acontecer. A gente já está no estudo de imóveis e de localidades de imóveis para essas implantações.

Com relação aos serviços para crianças e adolescentes Pop Rua, também está previsto, no nosso orçamento, a abertura de quatro núcleos para crianças e adolescentes PopRua, de acordo com o nosso censo, que foi realizado, em 2021, pela Qualitest, contratado

pela SMADS, de modo a trazer luz e jogar mais indicadores e maior visibilidade para essa pauta tão importante. O Brasil entrou no mapa da fome. São Paulo, como a maior capital do país, apesar de toda robustez, não fica à margem disso. Vale ressaltar que há uma população em situação de rua de pouco mais de 30 mil pessoas. Então, isso já é maior do que 80% dos nossos municípios, o que faz com que a gente tenha que ter toda uma sensibilidade e uma complexidade, para lidar com essa pauta.

E, nessa perspectiva, para o censo e para a criança e o adolescente, no qual a gente tem dado andamento com a entrega de produtos parciais, a gente já consegue identificar essa necessidade, e aí há o compromisso, inclusive esse reafirmado pelo Secretário, da nossa abertura dos núcleos de convivência para criança e adolescente em situação de rua.

Com relação à gestora de parceria, que não há ampliação de contratação, isso depende de concurso. É um debate mais amplo, em nível de Governo, de secretaria. Quem fica a cargo disso é a Sede, Secretaria de Gestão. Então, foge um pouco do escopo, mas é claro que a gente reconhece as demandas. Reconhecemos a sobrecarga de trabalho por parte das nossas profissionais, e a gente tem tentando negociar e articular, para que, no momento que seja oportuno, a gente consiga dar vasão, reconhecendo que, às vezes, as demandas não são atendidas, *pari passu*, por conta da política pública.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu vou pedir primeiramente ao Matheus educadamente...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu pediria para vocês deixassem...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Se não, posso considerar como resposta dada.
Por isso que eu digo: é melhor ouvi-lo.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Sim. Esta Presidência fez esse registro logo no início. Isso está registrado. *Okay*. Então vamos permitir que o Matheus prossiga. Por gentileza.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - O Matheus, então me permita.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE - Presidente, eu acho importante ouvirmos o servidor da Secretaria de Assistência Social até o fim, inclusive...

- Manifestação na plateia.

A SRA. SONINHA FRANCINE - Tudo bem, podemos discordar do que ele disser, mas ele tem de ter o direito de responder.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - *Okay*. Matheus, vou dar o encaminhamento aqui...

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Permita-me o encaminhamento? (Pausa)
Permite?

- Manifestação na plateia.

O SR. MATHEUS MARTINEZ CREPALDI - Se vocês...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Há uma boa vontade...

O SR. MATHEUS MARTINEZ CREPALDI - Eu tenho uma última pergunta que foi....

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. MATHEUS MARTINEZ CREPALDI -...e a gente tem uma resposta, caso possamos...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - *Okay*. Há uma boa vontade...

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Há uma boa vontade. Vocês deixam eu fazer um encaminhamento? Porque talvez seja o que vocês desejam.

Há uma boa vontade do servidor de explicar e há um entendimento da plateia de que

não há mais necessidade do servidor que está aqui, muito atento, continuar as respostas.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Estou fazendo uma consulta, ao mesmo tempo, vocês estão dizendo que não há mais necessidade de haver respostas.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Ele não virá!

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - *Okay, okay*, então já está definido que: o Matheus deu sua contribuição, vai continuar nos acompanhando.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - É. (Pausa) Há uma proposta também sobre a mesa.

(NÃO IDENTIFICADO) - Eu tenho uma proposta: manda ele vir para cá agora falar com todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - E proponho uma audiência para...

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Uma audiência pública específica só para SMADS.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - *Okay*. Fica esse compromisso. Mas eu preciso então concluir o raciocínio.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - *Okay*. Eu já compreendi. Então Matheus, eu peço a gentileza...

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - *Okay*. Feita a manifestação de vocês, feito o encaminhamento pela Mesa, chamaremos o Bezerra para uma próxima, para uma audiência

específica.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Matheus, então me permita. Houve essa dificuldade, hoje, nesses aspectos colocados aqui. Eu passo, então, às considerações da Secretaria Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE - Obrigada, Presidente. Em relação à primeira manifestação da Flávia Pires sobre política para pessoas gordas, contra a discriminação, gordofobia, eu concordo, não necessariamente será uma ação com orçamento próprio, específico, mas, certamente, podemos construir uma política de combate à gordofobia, que seja de articulação, porque isso tem de passar pela Saúde, pela Educação, pelo Transporte, e por Direitos Humanos também, com certeza.

Sobre não haver um serviço específico para crianças e adolescentes em situação de rua, o Matheus estava dizendo, aqui, que tem uma previsão, agora, pela Assistência Social, de criar esse serviço próprio, e a Secretaria de Direitos Humanos vai, em novembro, inaugura um serviço realizado com recursos do Funcad, que é o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Então esse serviço vai ser aberto agora.

No que dependesse só da nossa vontade e da vontade da instituição parceira, já funcionaria faz tempo, mas há dificuldades práticas que, às vezes, são intransponíveis. Por exemplo, achar um imóvel que seja adequado, bem localizado, do tamanho necessário, para prever esse atendimento. Quando você encontra o imóvel, você tem ainda de vencer as resistências do próprio proprietário que, às vezes, não quer alugar. Nós podemos chegar ao ponto de exigir que ele alugue. É como se fosse uma desapropriação, mas é uma...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Secretária, me permite? A nobre Vereadora Juliana Cardoso, hoje Deputada Federal...

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - ... que está aqui conosco.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - E eu queria também chamar a futura Vereadora da cidade São Paulo, querida companheira Luana, também para compor a Mesa. Luna? Luana. A Luna não vai achar ruim que eu tenha confundida com Luana, porque a Luana é outra companheira, guerreira, desta Casa. Desculpa, Secretária. (Pausa)

A SRA. SONINHA FRANCINE - Então vai haver agora, a partir de novembro, um novo serviço específico para criança e adolescente em situação de rua. Já foi encontrado o imóvel, já foi reformado, já estão sendo contratadas as equipes, então, vai começar logo mais.

Sobre o combate ao racismo, como o Covereador Júlio Cezar apontou aqui: "Só tem 8 serviços para combate ao racismo". Só tem 8 Centros de Referência e Promoção da Igualdade Racial, mas isso não significa que toda a política de combate ao racismo caberia, nem que fossem 16 centros.

Esse é um caso bem exemplar de política que não é só orçamentária. Você precisa fazer uma série de ações, dentro da Rede de Educação, por exemplo, que não necessariamente implica numa linha no Orçamento para isso. E a nossa Coordenação tem essa atuação política também, então, como mostrei, fizemos a parceria com a SP Trans, tem o serviço 156 que recebe denúncias de racismo, tem a Política de Cotas, tem o decreto de Combate ao Racismo Institucional, dentro da Prefeitura, quer dizer, são muitas as políticas.

Quando você cumpre a lei federal que fala sobre o ensino da história da África na Educação, isso não aparece como uma despesa no Orçamento, nem aparece em Direitos Humanos. Então não são 8.. "Ah, a única coisa que se faz pela igualdade racial são 8 serviços na Cidade". Não, esse é um serviço, é um centro de referência e, é claro, que pretendemos fazer muito mais.

Quanto à política de idosos, eu criei, por favor, você pode mostrar o *slide* novo, por favor, Mário.

- Exibição de imagens.

A SRA. SONINHA FRANCINE - O Mário sempre aponta - e todos os anos ele vem aqui - dizendo: "Olha que absurdo, não gastou nada na 2034". O Orçamento é uma planilha

composta de uma infinidade de campos, de células, de linhas, e às vezes, se você pega uma linha específica, você pode dizer assim: "Olha ali, olha 4330 tinha cem mil reais e não gastou nada". Mas essa não é a única 4330. Você tem uma série de linhas ali que são para o programa Promoção e Direito da Pessoa Idosa, cada um com seu projeto-atividade, cada um com seu tipo de despesa, e a verba alocada ali. Então, sim, tem uma linha ali que não gastou nada, aquela de outros serviços de terceiros de pessoa jurídica, para manutenção e operação de equipamentos públicos. Isso não quer dizer que nenhum dinheiro foi gasto. Quer dizer que, daquela gavetinha, daquela caixinha, aquele recurso não foi utilizado.

Então é difícil entender, para nós também é difícil entender o Orçamento completo, vasculhar todas as linhas e saber como que o dinheiro está sendo gasto. Quando você isola uma linha, você pode ter uma informação verdadeira, mas muito incompleto e, portanto, incorreta.

Em relação à Política para a Juventude, também o Fabio falou e, principalmente, o Júlio César. De novo, a Política de Juventude, pela Secretaria de Direitos Humanos, ela tem pouco gasto direto. É muito mais uma política de articulação. Hoje, a Secretaria de Educação está promovendo um grande encontro com os grêmios de toda a rede municipal no Clube Juventus. A Coordenação de Políticas LGBTI está lá participando dessa atividade. Então são ações de juventude feitas e que não implicam num gasto necessariamente.

Ainda assim, ela tem gastos, sim, mas que também, muitas vezes, são de outras secretarias, como é o caso do Bolsa Trabalho Juventude e Fabricação Digital, que acontece nos FebLabs, a bolsa é paga pela Secretaria de Desenvolvimento e Trabalho, e vai haver um gasto maior de juventude pela própria Secretaria de Direitos Humanos do ano que vem, com a oferta de mais vagas de Bolsa Trabalho - Capacitação e Qualificação, mas esse dinheiro nós conseguimos aprovar na Fazenda - acho que são cerca de 3 milhões de reais - depois que o projeto de lei já tinha vindo para a Câmara. Então pedimos dinheiro, foi concedido, mas não a tempo de aparecer no projeto de lei que veio para a Casa.

Sobre a pergunta: "Afim de contas, quanto tem para a Segurança Alimentar?", tem um pouco a ver com isso que eu falei sobre juventude, sobre idosos. Quanto tem? Às vezes

aparecer escrito direitinho no Orçamento: "esse dinheiro é para esta finalidade" e, às vezes, o gasto está presente em muitas dotações.

Então, por exemplo, em relação à Segurança Alimentar, acabou de ser anunciado o Plano Municipal de Agricultura Urbana Segurança Alimentar. Esse plano é executado por várias secretarias, mas uma boa parte do dinheiro sai lá da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Daí a Secretaria vai investir um valor, que eu não lembro de cor - em ATER - Assessoria Técnica e Extensão Rural para agricultores do Município de São Paulo, da agricultura periurbana. Também vai ter um programa de apoio às horas urbanas.

O Programa Operação Trabalho, que é a remuneração para pessoa em situação de rua, com qualificação profissional, vai alocar trabalhadores em hortas urbanas, quer dizer, as pessoas serão remuneradas para trabalhar em hortas urbanas.

A Secretaria tem também o Programa Banco de Alimentos. Agora, o Município vai passar a investir em Bom Prato. Até hoje os bons pratos da Cidade são, todos, do Governo do Estado. Depois da pandemia, a Assistência Social passou a comprar o Vale Gratuidade para pessoas em situação de rua. Para o ano que vem, já vai ter novas unidades de Bom Prato municipal: M'Boi, Parelheiros e no Centro, Bom Retiro. E, dessa vez, a modalidade divide, porque a Prefeitura vai pagar metade do valor do Bom Prato total, quer dizer, não é a gratuidade para pessoas em situação de rua, metade do custo de cada refeição vai sair do Orçamento da Prefeitura, possivelmente do FAASP.

Outras políticas que virão e estão previstas na lei aprovada esse ano, aqui: o Armazém Solidário e o Auxílio-Alimentação. O que essas políticas trazem, Júlia, de muito inovador? É progressivamente mais autonomia, mais direito de escolhas para as pessoas. Quando fazemos assim, como é hoje, que entregamos, todos os dias, 11 mil marmitas prontas, na Cidade toda, mais 3,6 mil na região central, no PopRua, a pessoa recebe uma refeição preparada e é o que tem. Um dos direitos em Segurança Alimentar é o direito de escolha, é o respeito à cultura de cada lugar, de cada pessoa.

À medida que formos progredindo para a modalidade Auxílio Alimentação, que a

pessoa tem um valor, ela escolhe o que ela vai comer, que horas ela vai comer, onde ela vai comer, desde que cumpra, naturalmente, requisitos nutricionais básicos.

E o Armazém Solidário é o lugar em que as pessoas poderão fazer compras, mas de produtos subsidiados. Quer dizer, a pessoa não vai pagar o preço de mercado, vai pagar o preço de custo, porque a Prefeitura é quem está criando esse armazém para venda de produtos mais baratos.

Como são políticas completamente novas, sem referência, vamos saber o valor para isso ao longo do exercício. Por exemplo, começamos agora a fazer um cadastramento de organizações da sociedade civil que tenham cozinhas comunitárias e que, hoje, produzem refeições com recursos próprios, com doação.

Vamos fazer uma parceria - está previsto em lei - com as organizações da sociedade civil que tenham cozinhas para que elas recebam o recurso, não só para produzir a refeição, quer dizer, um dinheiro para a matéria prima, para os mantimentos, mas também para a remuneração dos profissionais que vão trabalhar na cozinha e também a alocação de pessoas de rua recebendo o POT - Programa Operação Trabalho, para trabalhar nessas cozinhas também enquanto são capacitadas para serviço de alimentação.

Ainda é muito difícil prever quanto vamos gastar com isso, porque estamos na fase de credenciamento de associações que têm cozinhas comunitárias para serem parceiras na Cidade toda. Não é uma concorrência, é uma questão de cobertura. Se numa região, você tiver várias associações que cumprem os requisitos, elas podem receber o recurso.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE - Até a semana passada tínhamos 90. Quantas Giovane? (Pausa) Até a semana passada havia 95 associações que fizeram esse pré-cadastro para terem uma cozinha comunitária com recurso da Prefeitura. Essa semana já são 150. Precisamos fechar esse mapeamento para saber quanto vamos prever no Orçamento para essa despesa específica.

Deixe-me ver o que mais. (Pausa) Há uma pergunta que foi feita pelo Fábio, não,

pelo Júlio César especialmente: "Afinal, qual é o Orçamento para mulheres?" De novo, essa mesma questão. Às vezes, você consegue fazer uma busca e achar a palavra 'mulheres' no Orçamento. Mas, muitas vezes, o recurso que vai para as 'mulheres' está lá no pagamento de Auxílios, sem essa especificação. Então o Orçamento tem sempre esse lado, às vezes você tem uma Dotação que é abrangente demais, daí ela tem 2 bilhões, você não sabe para onde vai aquele recurso. Outras vezes, é específico demais, e aí você tem de olhar em dez linhas diferentes para somar e saber tudo que vai para aquele item.

No caso de "mulheres", respondendo às perguntas pontuais que foram feitas, o valor do Auxílio-Aluguel, lembro uma vez, um Secretário de Habitação explicando, "ele não é um pagamento de aluguel, ele é um auxílio", então, a pessoa tem algo para começar. Mas, de fato, é muito baixo e há muito tempo está nesse mesmo valor. Acho muito necessário, e justo, que a Câmara Municipal, junto com a Prefeitura revise o valor do Auxílio-Aluguel. Não que ele, necessariamente, seja o total de um aluguel, mas que, como auxílio, ele seja um pouco mais reforçado do que isso.

E, uma boa notícia: de novo, cadê o dinheiro? A Habitação está publicando, acho que é uma portaria intersecretarial, informações sobre a inscrição das mulheres que, hoje, estão no Auxílio-Aluguel por conta de casos de violência doméstica, lembrando que isso não acaba com o fim da pandemia, pois a lei do Auxílio-Aluguel para mulher vítima de violência doméstica é uma lei em caráter definitivo, é uma política permanente, portanto não é interrompida, inclusive teve uma inovação muito importante aqui na Câmara que foi a dispensa do Boletim de Ocorrência, para que a mulher tenha acesso, quer dizer, é parecer da Assistência Social que atesta que a mulher precisa, e não fica esperando um B.O. - aliás, outro dia, acompanhei um caso numa Delegacia e não queriam registrar um B.O. porque não tinha elemento suficiente, quer dizer... -, bem, de novo, como ação não orçamentaria, temos muito o que fazer para melhorar a atenção à mulher vítima de violência. Mas, enfim, agora haverá um programa de Carta Crédito para a mulher que está no programa Auxílio-Aluguel que vá procurar um imóvel como uma locação.

Então, a Habitação, aí de novo esse recurso não está mais em Direitos Humanos, o Auxílio-Aluguel está em Direitos Humanos, a gente vem pagando cada vez mais, isso é bom e ruim, porque é sinal que tem mais gente precisando, mas sinal que tem mais gente procurando, e estamos sendo capazes de atender.

Estamos gastando 500 mil por mês? (Pausa) Mais ou menos? Acho que é isso em Auxílio-Aluguel para mulheres vítimas de violência. Todo mês o número de mulheres atendidas é maior, mas ainda com esse valor concordo que é baixo, mas aí tem essa possibilidade de atendimento dessa mulher pela Secretaria de Habitação por meio de carta de crédito. Além de outros programas, como o Tem Saída, qualificação profissional, tentativas da mulher poder ter meios de garantir a sua autonomia sem depender apenas do auxílio.

Os serviços dos CDCMs vêm para Direitos Humanos. Eles vêm se tiver o orçamento para virem, entende? Não tem como o CDCM vir para Direitos Humanos com o nosso orçamento atual. Então, quando ele sair da Assistência Social para a Secretaria de Direitos Humanos, vem junto o recurso desses serviços. Então, os serviços continuam. A diferença é que eles passam a ficar sob gestão de Direitos Humanos e aí é um acréscimo.

A Secretaria de Direitos Humanos tem cinco CRMs, 8 CCMs e vai passar a contar também com os CDCMs. Então, a rede de referência no território de atenção à mulheres vítimas de violência passa a ficar todinha – A SMADS continua a ter seus próprios serviços, lógico, mas o serviço passa a ser gerido por Direitos Humanos com recurso que ele tem hoje e com a necessidade, lógico, de reajustes e de aumentos conforme a demanda.

Então, é uma reordenação da rede. Não é uma troca de serviços. É uma troca de lugar, é uma troca de guarda-chuva. Tanto quanto a nossa Casa Abrigo que hoje é de gestão de Direitos Humanos vai para Assistência Social e também a Assistência Social vai precisar ter um recurso da Casa Abrigo para fazer a gestão por lá.

Sobre o detalhamento dos conselhos tutelares, tem uma ação específica no orçamento. Então, dá para ver linha por linha o que é o salário, o que é auxílio alimentação. A lei previu um pagamento retroativo do aumento. Então, este ano a gente não precisa só pensar com

o ano que vem. A gente já pediu e já precisou suplementar o recurso porque já está sendo pago o salário aumentado e, inclusive, em referência a meses anteriores à própria aprovação da Lei porque foi assim que foi aprovado.

Para concluir, não dá para falar tudo mesmo, mas sobre o Vidas no Centro, Júlia, é o atendimento com banheiros, chuveiros e lavanderias. Foi criado em caráter emergencial durante a pandemia e, sim, banheiros, chuveiros e lavanderia passam a ser, aliás, já estavam previstos banheiros públicos na política da população em situação de rua. Veio a pandemia, veio o serviço emergencial nesse modelo de alguns lugares com as unidades ali concentradas.

O que a gente pretende fazer é desconcentrar, quer dizer, criar um número maior de banheiros, chuveiros e lavanderias em lugares diversos da sociedade. Como a gente tem hoje uma empresa contratada, aliás, empresas contratadas. Talvez a gente faça em modelo de parceria com organizações da sociedade civil. Então, a gente está estudando o modelo que é melhor.

O Auxílio Reencontro é uma tremenda discussão sobre o valor, mas a gente sempre leva em mente que o custo *per capita* num hotel é altíssimo. Então, o Auxílio Reencontro tem de garantir a possibilidade de morar em algum lugar - com muita flexibilidade na compreensão do que é morar. É morar junto com alguém, é montar uma república com os conhecidos, mas o Reencontro tem de prever também um acompanhamento muito próximo e constante dessas pessoas para fazer a gestão dessa nova moradia.

Finalmente, o Circo Escola. Concordo com tudo, basicamente. Circo Escola Remo, claro. Por mais Circo Escolas na cidade inteira, inclusive, se possível, é uma manifestação de apoio. Não é ligado ao orçamento da Secretaria de Direitos Humanos, mas acredito que poderia haver projetos específicos financiados inclusive com recursos do Funcad. Aliás, tem alguns, mas não dá para depender um programa de Funcad, mas como projetos específicos acho que a gente poderia fazer uso mais dessa ferramenta que é tão incrível que é o circo e o circo escola. Sim, tem de ver a reforma, tem de ter atividade constante como programa.

Por último, Presidente, relator, Vereadoras, essa questão do dissídio precisaria ser

resolvida com antecedência de modo a não criar a insegurança que cria nas organizações e nos trabalhadores. É um absurdo. As organizações são obrigadas, lógico, a contemplar aquilo que foi estabelecido em convenção coletiva, em dissídio. Então, tem que pagar um valor a mais para os trabalhadores. Como é que a gente que remunera as organizações, por meio da parceria, não passa recursos suficientes para remunerar o RH mínimo exigido para operação daquilo? Então, é uma insegurança anual. Todo ano é a mesma coisa. (Palmas).

A gente tem que consolidar isso de um jeito que não precise depender da última hora de uma portaria que diga: está aqui, vai ter uma parcela extra que é para compensar. Não pega do fundo provisionado. Não, não pega. É uma loucura, é uma insegurança na gestão que a gente tem que pensar em como resolver isso, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixe-me fazer uma observação.

Estou aceitando uma proposta encaminhada para Mesa de já deixar marcada hoje com SMADS no dia 25.

Consulta. Podemos ouvir as queridas Vereadoras, o nobre relator e dar por encerrado por hoje? Não temos mais nenhuma data.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Júlio, não temos outra data. 24, Cultura, a segunda e 25.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Este camarada, dia 30, tem que fechar o primeiro relatório. Não tem... Vamos ouvir as queridas Vereadoras e o nobre relator.

As inscrições pendentes, eu vou até dizer onde eu parei. Eu parei com a Dona Maria de Nazaré e eu seguirei a partir do décimo nono nome já como prioridade para a próxima.

Começo já com as primeiras inscrições. Posso dar o nome: Bernadete Rosa.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É convidado. É uma prerrogativa. Na audiência

você não convoca. Você convoca através da Comissão. Soninha me conhece muito bem. Companheiras e companheiros me conhecem. Costumo dizer que no final dá tudo certo.

Passo a palavra nossa futura Vereadora para sua saudação. Vereadora Luna Zarattini.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Queria saudar a todos. Não estava nem esperando fazer fala porque eu ainda não assumi. Vou assumir dia 15 de março, mas queria desde já me colocar à disposição para essa luta, para essa pauta, porque a gente sabe que a luta é grande. Então, contem comigo. Acho que a gente vai ter grandes desafios no ano que vem e, principalmente, a gente reconstruir o Brasil, reconstruir a nossa cidade que é muito desigual. Então, contem comigo.

Vou assumir na vaga do PT. Então, é isso. Vamos que vamos. É um partido que tenho muito orgulho de fazer parte e contem comigo.

Muito obrigada mesmo. Esta audiência está muito bonita, participativa. É assim que a gente tem que fazer para enfrentar esse governo que nem panela de pressão: a gente tem que botar fogo e vamos mobilizar, estar nas ruas e também conquistando nossos direitos.

Contem comigo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Obrigado, Luna. Pediram-me para que pudessem circular com alguns cartazes de orientações e de reivindicações no silêncio na sua fala. Não vai te atrapalhar. Okay? Pode ser, Juliana? A livre manifestação é um direito de todos.

Tem a palavra a nossa querida Vereadora, futura Deputada Federal Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Olá, povo de luta. Gente boa, gente de luta, gente de respeito, gente de responsabilidade, independente da relação de articulação de governo, vocês não saíram das ruas nem na pandemia. Vocês não saíram de lutar pelo nosso povo da criança e do adolescente, das mulheres, do deficiente, do povo preto, do povo indígena, que é o meu povo.

Neste período da pandemia, foram os que mais doaram e estavam na linha de frente.

Hoje queria falar com o Secretário Carlos Bezerra. Queria muito, como esta é uma

das últimas audiências que vou participar como Vereadora, dialogar não só com o Secretário, mas com relator e muito especialmente com Prefeito Ricardo Nunes sobre a relação do orçamento de Assistência Social. Não é possível que uma das maiores políticas que foram construídas com o povo, articulando com o povo, que é o SUAS, que é uma política que saiu das mãos do primeiro-damismo, porque a gente outrora ficava na mão de uma política ou de políticos para poder implantar qualquer política de Assistência Social que, muitas vezes, se resumia na cesta básica ou se resumia no colchão ou se resumia em um cobertor.

Assistência Social é muito ampla. Ela faz um atendimento de prevenção da nossa juventude, de atuação a vulnerabilidade social do nosso povo e da nossa comunidade.

Quero, em especial, agradecer a cada um de vocês. Cheguei aqui muito jovem, com 27 anos de idade. Cheguei à Vereança muito parecida com você, Luna. Estou muito feliz de termos a Luna assumindo junto à minha Bancada do PT. É uma mulher junto com os meus companheiros que atuaram comigo nesses 12 anos de mandato como Vereadora da cidade. Sempre falo para ela isso, porque eu estava com meu coração apertadinho de sair e não ter uma mulher petista que também poderia estar atuando na Câmara Municipal de São Paulo. Vamos conversar muito sobre muitas coisas.

A área de Assistência Social é uma das áreas da Câmara que atua muito bem.

Vereador Jair Tatto, que sempre preside a Comissão. Saúde, Assistência Social, moradia Cultura e Educação são as comissões que mais atuam.

Se você for conversar, Luna, com cada um presente, eles sabem muito mais a legislação e muito mais o orçamento do que muitos Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. (Palmas).

Falo isso porque vou levar para minha história de vida e para essa ida à Câmara Federal tudo aquilo que aprendi com vocês. Estou levando na minha história e na minha bagagem toda aquela movimentação dos conselhos, do movimento, da comunidade.

Sou filha de OSEM, nascida e criada numa periferia da cidade de São Paulo chamada Sapopemba. Passamos pelo Esquadrão da Morte. Foi o Cedeca na vida e os centros de direitos

humanos que salvaram as nossas vidas quando organizaram os centros de juventude, que são os antigos OSEMs.

Então, tenho clareza da minha responsabilidade nessa ida a Brasília para poder defender o Sistema Único de Assistência Social, trabalhar para descongelamento imediato do recurso de Assistência Social e para que a gente tenha a valorização dos nossos profissionais e da nossa rede. (Palmas).

Quero, em especial, dar o meu abraço caloroso, o meu respeito, o meu carinho porque, Luna, aqui, a gente é Vereadora, a gente é parlamentar, mas se você não ouvir a base, você não sabe nem qual é a porta do banheiro. Aprendi muito com essas pessoas que eu quero dar o meu carinho e meu respeito: Alan, Regina Paixão, Gisleine, Geraldo, Darlene, Luana, Lourival, Valdson, a Melissa, o meu parceiro de tanta luta também companheiro OSEM Fábio Rodrigues, o nosso companheiro Eugídio, Júnior, Nádia, Dona Irene, a minha companheira que não está mais aqui com a gente que é a Nair, a Silvana, o Cotrim, o Robério, a Sueli Camargo. Quanto eu aprendi na Pastoral da Criança. A Priscila, o Andrezinho e vários outros companheiros e companheiras que eu acabei não nominando, mas que estou vendo aqui com a gente.

Essa experiência que vocês me deram vai me ajudar muito na relação no Congresso Federal, mas eu preciso dizer uma coisa para vocês, vocês não vão ficar livres de mim porque a experiência que vocês têm de São Paulo, nós temos que levar para o Brasil e levar para todo o Estado de São Paulo com orçamento e políticas públicas. (Palmas).

Muitíssimo obrigado, Jair, pela possibilidade de eu conseguir conversar e as minhas considerações, Nazaré, querida, que desde sempre o Cedeca foi a minha vida. Enfim, tanta gente que ainda faltou falar.

Vou deixar as minhas considerações sobre o orçamento para falar diretamente com o Secretário no dia 25. Já vou adiantando que não estarei em São Paulo porque é o período - não sei se vocês sabem, mas eu fui chamada para poder compor a equipe de transição do governo. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu ia falar isso, mas você não deu...Não molhei

o bico, para a área dos povos originários.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Porém, já preciso dizer que os meus pitacos na assistência social, cultura, moradia e direitos humanos, com certeza, já estou batalhando para que o nosso time, que é o time do Direitos Humanos, o time da vida também estejam presentes para contribuir com o debate a nível do Brasil. Afinal de contas, a gente sobreviveu a pandemia. Afinal de contas, a gente sobreviveu a toda essa política do ódio e a gente agora precisa reconstruir o Brasil. Essa reconstrução se inicia pela base. Ela se inicia por nós.

Muitíssimo obrigada, Jair. Vamos junto e misturado e vamos caminhando para transformar não só o Brasil, mas principalmente o capital e o Estado de São Paulo, o qual vou representar em Brasília. Obrigada. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a nobre Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Boa tarde, meus colegas Vereadores; minha nova colega Vereadora Luna. Queria agradecer a presença de todo movimento social, todos que estão aqui.

Não pude estar no início da audiência, mas acompanhei de forma on-line. O mandato está acompanhando. Eu só queria confirmar uma informação. De fato, a Secretaria não está presente?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não. A Secretaria de Assistência colocou um assessor on-line.

A SRA. LUANA ALVES – De forma *on-line*. É, mais uma vez, lamentável, porque a gente, quando pensa em uma audiência pública, a função da audiência pública é a de reunir quem faz parte da política pública. Reunir o Legislativo; a população; quem está na ponta do CRAS, do CREAS, do serviço público que for e reunir o Executivo. Esta é a função da audiência pública: conseguir reunir e ter um espaço de escuta para todos esses atores que estão envolvidos na construção cotidiana, neste caso, de Direitos Humanos e de Assistência. Então, se uma das partes, fica incompleto. Fica uma coisa um pouco difícil.

Eu queria trazer, *né...* Havia pensado em alguns diálogos com a Secretaria, e é uma pena que não estejam aqui. Mas, mesmo assim, acho que todos os presentes aqui é quem, de

fato, lutam e batalham para que Direitos Humanos e Assistência sejam direitos, de fato, da população e que representem os direitos populares.

A gente tem visto, estão tendo alguns sinais aí, já do Orçamento para a Assistência e para Direitos Humanos. Estão aqui com o Relator do Orçamento, Vereador Sidney Cruz, neste ano, e eu queria dizer que vai ser muito importante a participação de todos aqui quando a gente for falar do Orçamento para o ano que vem. Vai ser muito, muito, muito importante, porque o que a gente está vivendo hoje..., tenta-se criar uma narrativa que vai ter aumento para proteção especial; vai ter aumento para a básica, só que a gente tem de lembrar o seguinte: primeiro, a gente está vivendo um momento econômico em que qualquer aumento menor que 10 ou 15% não é aumento, porque existe uma inflação gigantesca. Então, a gente está tendo perda da composição do Orçamento da Assistência e de Direitos Humanos, de cara, de pelo menos 10, 15%. Então, qualquer aumento que seja menor que isso não é aumento. Então, é muito necessário que vocês todos estejam com a gente. A gente vai poder ter, felizmente, com a nova mudança de Governo Federal, a gente vai poder ter um novo diálogo com o Governo Federal e com Direitos Humanos. Eu tenho certeza de que a Soninha está pensando nisso. E, pensando nisso, nós temos caminhos, avenidas abertas para pensar o aumento do Orçamento real, no Município de São Paulo. Nós vamos ter uma conformação e um diálogo com o Governo Federal, tenho certeza, que vai permitir que a gente tenha aumento de verdade, porque hoje, o que tem acontecido, têm sido sucessivos aumentos à base de inflação que criam menos serviços, que criam menos possibilidades de concurso, que criam menos possibilidades de a gente ter uma Assistência e Direitos Humanos, de fato, efetivos. O que eu vejo hoje, andando pelos bairros como eu ando, é que não tem nem engenheiro para ver o equipamento que a Secretaria vai poder alugar para fazer um serviço. Ou têm emendas que são perdidas porque não dá, porque não tem dinheiro para ver se vai dar para fazer aquela emenda para a ampliação de um CRAS, de um CREAS, de um CCJ, e simplesmente se perde. O valor se perde. Hoje não tem técnicos em número suficiente nem na SMADS, esta é a verdade, nem para gastar o dinheiro que tem. Então, a realidade é que tem de ter concurso público. O que a gente viu, neste ano, na Câmara,

infelizmente, foi extinção de cargos na Assistência, em vez de a gente ter aumento de cargos para a gente conseguir pensar, de fato, em Orçamento e que esse Orçamento seja gasto de uma maneira democrática, com participação popular.

Então, eu queria fazer esse apelo, Presidente, para a gente conseguir chamar todo mundo que está aqui, seguimos em mobilização, seguimos em diálogo, vocês seguirem vindo aqui, na Câmara Municipal de São Paulo, em especial, no momento em que a gente for falar de Orçamento, para a gente ter aumento real e ganho real. É isso, é mais esse apelo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Luana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente, desculpe. Eu preciso dar um abraço. Eu fiquei falando e não falei da Soninha. Soninha, muito obrigada por você estar presente. Soninha foi Vereadora comigo. A gente também trabalhou muito nas Comissões. Aprendi muito com você. Mesmo nas ideias diferenciadas, mas, no final, a gente sempre quer um diálogo melhor com a nossa comunidade.

E “Churras”, como assim? Eu não me esqueci de você. Enfrentamos tanto o Governo, enchemos aquele Ministério Público e eu também dou um abraço em você.

Então, muito obrigada. São dessas pessoas que eu queria falar, para a gente não deixar. Nominar é horrível, né. Mas, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Então, temos uma tarefa. Independente de quem conseguiu participar, falar, teremos a outra. Mas os endereços colocados aqui são públicos.

O Relator terá a palavra, mas eu vou dar os meus pitacos, pelo tempo de experiência, que não impede de munícipe algum mandar suas demandas, suas necessidades. Necessidades, que eu digo, coletivas.

Então, passo a palavra ao nobre Vereador Relator Dr. Sidney Cruz.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ – Obrigado, Presidente.

Primeiro, cumprimento V.Exa.; nossa Secretária de Direitos Humanos, Soninha e

parabenizá-la pela apresentação; o Matheus, da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento, que apresento também e se manifestou em nome do Secretário; nossa Deputada Federal Juliana Cardoso e parabenizá-la novamente. Luna, novamente quero desejar boas-vindas. Vamos juntos, porque eu também sou Vereador de primeiro mandato. Cumprimento o pessoal da CTEO, a Assessoria, porque sem eles nada acontece e todos vocês, aqui, presentes. Quero parabenizá-los. Como é bacana ver esta Casa cheia. Esta é a nossa 6ª audiência pública temática, e vocês foram os que mais participaram, e eu fico muito feliz.

Quero, aqui, até me remeter à fala de uma das oradoras, de uma munícipe, que é a Maria Fernanda, nossa coirmã angolana. Maria Fernanda, não se constrói políticas públicas sem a participação popular. Isso é fato. E vocês, ativistas sociais e de direitos humanos, vocês trazem os relatos e as dores dos que mais necessitam, na cidade de São Paulo, e que infelizmente é o nosso povo periférico. E falo com muita propriedade com relação à periferia. Muitos, aqui, estão me vendo pela primeira vez. Vereador de primeiro mandato. Relator do Orçamento, indicado por nosso Presidente Jair Tatto. Filho de uma favela, de um barraco de tábuas. Eu sei exatamente tudo o que foi relatado aqui.

Nós temos o tempo muito curto, porém, eu gostaria de pegar dois pontos, que eu entendo que são fundamentais e que já foram tratados, aqui, pela Secretária Soninha. Um ponto é com relação à violência doméstica. Precisamos de políticas de conscientização e combate à violência doméstica, e também fortalecer as políticas de amparo, como foi falado por muitos aqui. Eu passei como Diretor da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho e faço questão de falar, porque tem a ver com o tema. E lá desenvolvemos um projeto e levamos políticas públicas para mulheres vítimas de violência doméstica. Conseguimos qualificar várias mulheres, nesse sentido, concedendo a liberdade que as mulheres precisam para sair desse ciclo de violência. E outro ponto, que me chama a atenção, é com relação à política pública ou às políticas públicas no combate à insegurança alimentar. É bom frisar que temos ações que estão acontecendo e também sabemos que precisamos de muito mais. Hoje, Presidente, o Município entrega cinco mil cestas básicas diariamente e 15 mil refeições. Temos de avançar? Com certeza.

Sei que o meu desafio é muito grande, como Relator do Orçamento. Faço questão de participar de todas as audiências públicas. Muitas informações relevantes que irão me ajudar a construir uma divisão deste Orçamento de forma mais justa, igualitária e que venha a garantir uma melhor qualidade do serviço público e do atendimento da nossa população.

Muito obrigado a todos e, novamente, parabéns.

Obrigado, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador.

Obrigado, Vereadora Soninha.

Obrigado ao Matheus, que esteve presente.

Nada mais a tratar, declaro encerrada a audiência pública desta manhã. E espero, dia 25, estarmos juntos.

Muito obrigado.

Estão encerrados os nossos trabalhos.